

# Seminário "A Expansão da Soja no Baixo Amazonas"

2 a 4 de dezembro de 2005

Centro de Formação Chico Roque, Município de Santarém, Estado do Pará

## **Realização**

**Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)**  
**Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR)**  
**Centro de Estudo e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas (CEFTBAM)**  
**Grupo de Trabalho Amazônia (GTA)**  
**Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)**  
**Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional (FASE Amazônia)**

## **Apoio**

**Fundação Heinrich Böll**

## ÍNDICES

Introdução.....	3
Dia 02 de dezembro.....	3
Exibição de vídeo.....	4
Palestra de Sérgio Schlesinger – FASE.....	4
Questões referentes à palestra de Sérgio Schlesinger.....	12
Depoimentos de dirigentes sindicais da região do Baixo Amazonas.....	15
Debate sobre os depoimentos dos dirigentes sindicais.....	17
Dia 03 de dezembro.....	20
Palestra de Socorro Pena – IPAM.....	20
Palestra da Vânia de Carvalho – FASE Amazônia.....	24
Palestra de Paulo Rogério Gonçalves - APA-TO.....	29
Palestra de Nair Martins Barbosa - SDMH-MA.....	30
Palestra de Vicente José Puhl - FASE – MT.....	32
Leitura de Nota de Repúdio.....	34
Debate. Dia 03 de dezembro.....	34
Dia 04 de dezembro.....	37
Avaliação final.....	42
Anexo I.....	43
Anexo II.....	49
Anexo III.....	51
Figura 1 - Expansão geográfica da soja: 1995-2003.....	6
Figura 2 - Tipo de Vegetação da região do Baixo Amazonas.....	21
Figura 3 - Mapas propostos pelo Governo do Pará para o MacroZEE.....	21
Figura 4 - Várzea X Zona de Consolidação do Agronegócio.....	22
Figura 5 - A Expansão da soja no Pará.....	24
Gráfico 1 – Soja: principais países produtores.....	5
Gráfico 2 - Brasil: exportações do agronegócio (05/2004-04/2005).....	5
Gráfico 3 - Produção de soja e número de empregos na agricultura – Brasil: 1985, 1996 e 2003.....	7
<b>Gráfico 4</b> - Consumo mundial per capita de arroz e trigo (kg/ano).....	9
<b>Gráfico 5</b> - Consumo mundial per capita de carne (kg/ano).....	9
Gráfico 6 - Possibilidades de ampliação da área cultivada.....	10
Gráfico 7 - Número de sacas de 60 kg de soja necessárias para comprar uma colheitadeira.....	11
Gráfico 8 - População da região do Baixo Amazonas em 1996 e 2000.....	20
Gráfico 9 - Distribuição do desmatamento na região do Baixo Amazonas.....	21
Gráfico 10 - Evolução da área plantada com soja, principais municípios paraenses, 1997 a 2004.....	25
Gráfico 11 - Evolução da quantidade produzida de soja, Município de Santarém, Pará 2000 a 2004.....	
Gráfico 12 -Evolução da área plantada com soja, Município de Santarém, Pará 1997 a 2004	
Gráfico 13 - Evolução da quantidade produzida de soja, feijão, milho, limão e laranja (em toneladas), Município de Santarém, 2000 – 2004.....	26
Tabela 1 - Produção Mundial de Grãos (milhões t). 5	
Tabela 2- Soja: exportações brasileiras – 2004.....	6

Tabela 3 - Evolução da área plantada por região 1990 a 2005 (em mil hectares). .....	7
Tabela 4 - Empregos na produção de soja. ....	7
Tabela 5 - Empregos diretos nas principais atividades agropecuárias, em equivalente homem/ano, para cada 100 hectares, no ano de 2000.....	7
Tabela 6 - Maiores empresas do agronegócio Brasil – 2004. ....	8
Tabela 7 - As dez maiores empresas de alimentos no Brasil (2003). ....	8
Tabela 8 - Consumo mundial de farelo de soja por animais de criação (milhões t). ....	9
Tabela 9 - Estimativa de terra disponível para agricultura mecanizada. ....	11
Tabela 10 - Quantidade produzida de soja em grãos, Estado do Pará por Municípios, 2004.....	24
Tabela 11 - Evolução da produção de feijão em Toneladas, Brasil, Região Norte, Estado do Pará, Baixo Amazonas e Microrregião de Santarém, 2000 a 2004. ....	26
Tabela 12- Evolução da produção de feijão em toneladas, Municípios da Microrregião de Santarém, 2000 a 2004.....	26
Tabela 13 -Evolução da área plantada com feijão, Municípios da Microrregião de Santarém, 2000 a 2004 (em Hectare).....	27
Tabela 15 -Evolução da produção de milho, em toneladas, Municípios da Microrregião de Santarém, 2000 a 2004.....	27
Tabela 16 - Evolução da quantidade produzida de laranja, em Toneladas, Municípios da Microrregião de Santarém, 2000 a 2003. ....	27
Tabela 17 - Evolução da quantidade produzida de limão, em Toneladas, Municípios da Microrregião de Santarém, 2000 a 2003.....	28
Tabela 18 - Índice de desenvolvimento Humano - 2000. ....	29
Tabela 19 - Projetos do Governo do Estado. ....	29
Tabela 20 - Área plantada de soja/safra 2004/2005.....	30

## Introdução

De 2 a 4 de dezembro de 2005, ocorreu o seminário “A Expansão da Soja no Baixo Amazonas, no Centro de Formação “Chico Roque”, Município em Santarém, Estado do Pará.

Participaram 51 pessoas, lideranças e pesquisadores (as) do Pará, Maranhão, Tocantins, Rio de Janeiro e Mato Grosso, representando 33 entidades, das quais 11 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Baixo Amazonas.

Este evento foi norteado por dois objetivos centrais:

1) Socializar informações e pesquisas sobre o avanço da soja no mundo, na América Latina, no Brasil e na Amazônia, tendo em vista a formação de lideranças do Baixo Amazonas e,

2) Reunir estratégias e propostas de combate à expansão da soja no Baixo Amazonas entre os movimentos sociais e organizações da região.

Foi apresentado e debatido um volume expressivo de informações derivadas de pesquisas e de depoimentos de lideranças sobre a expansão do monocultivo da soja e seus impactos no mundo, no Brasil, nos Estados do Mato Grosso, do Tocantins, do Maranhão, do Pará e nos Municípios da Região do Baixo Amazonas. Como orientação do planejamento de ações para conter a expansão de monocultivos e outras formas de produção danosas aos povos da região foram debatidas duas questões em quatro grupos:

1) - O que estamos fazendo para conter a expansão da soja?

2) - O que podemos fazer juntos para conter a expansão da soja?

Ao final do Seminário foi formada uma Comissão Geral e Comissões por Municípios do Baixo Amazonas que coordenarão as ações em 2006.

## 02 de dezembro

O Seminário iniciou com a saudação de Manoel Edvaldo, 1º Secretário do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Santarém - STTR que convidou os participantes da mesa de abertura: Matheus Otterloo (Federação de Órgãos para a Assistência social e Educacional - FASE Amazônia), Venilson Taveira da Silva (Centro de Estudo e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas - CEFTBAM), Gilson Rego (Frente de Defesa da Amazônia - FDA) e Manoel Imbiriba (Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI-Pará e Fórum da Amazônia Oriental - FAOR).

Matheus se apresentou como Coordenador Regional da FASE, do Programa Nacional Amazônia e disse que o Seminário é resultado do planejamento do GT Terra, Meio Ambiente e Desenvolvimento do FAOR. Lembrou que era o segundo momento de uma pesquisa que trata sobre o avanço da soja e as conseqüências deste processo sofridas pela produção familiar, que está sendo realizada pela FASE em conjunto com as organizações da região. Pretende compartilhar os resultados e as informações obtidas, numa metodologia participante, com o interesse de fortalecer da agricultura familiar.

Manoel Imbiriba, representante do FAOR e da FETAGRI-Pará, afirmou que esperava ouvir relatos que fundamentassem propostas consistentes contra o projeto instalado na região.

Venilson, do CEFTBAM, frisou que o debate foi puxado pelos movimentos sociais e esperava contribuir e colocar no papel as ações. A soja é uma agricultura em grande escala que ameaça a agricultura familiar, enfatizou.

Gilson Rego afirmou que a Frente em Defesa da Amazônia (FDA) surgiu em função das discussões sobre a expansão da soja na região. Esperava não se tratar de mais um evento celebrativo e reforçou a urgência de se romper as relações fisiológicas com os setores responsáveis pela política governamental da economia da região.

## **Exibição de vídeo**

Após a apresentação dos/as participantes, foi exibido o vídeo intitulado “O Grão que cresceu demais”<sup>1</sup> o caso da soja em Santarém e Belterra<sup>1</sup>, produzido pela FASE Amazônia com a participação de lideranças do Baixo Amazonas. O vídeo é um dos primeiros resultados da pesquisa “Conflitos socioambientais, demandas sociais e políticas públicas: impactos do avanço da soja no Estado do Pará” que vem sendo construída com os movimentos sociais. A pesquisa também faz parte de um estudo mais amplo da FASE, “Projeto Soja, Sociedade e Meio Ambiente”, com estudos de caso no Pará, no Mato Grosso e no Amazonas dialogando com um estudo geral a partir de informações nacionais e internacionais sobre a produção, consumo e comércio internacional da soja.

Além de levar a reflexão sobre o avanço dos plantios de soja no mundo, no Brasil e nos Municípios de Santarém e Belterra, apontando diversos problemas sociais e ambientais derivados desse processo através de depoimentos de produtores (as) familiares e dados estatísticos, o vídeo revela situações de resistência e as experiências alternativas em curso.

O vídeo chama a atenção para o fato de que os maiores plantios de soja geram desmatamentos e diversos problemas como doenças humanas e em animais domésticos, aumento de pragas, poluição do ar e de igarapés pelo uso dos pesticidas e herbicidas, e outros males que afetam direta e negativamente a economia da produção familiar. Está claro que o Poder Público, em suas três esferas, sintoniza-se com os interesses do agronegócio na região. A EMBRAPA, que forneceu bases tecnológicas com pesquisas para incrementar a produção de soja, o financiamento prestado aos grandes proprietários de terra pelo Banco da Amazônia (BASA) e o fascínio que o agro negócio parece exercer na Prefeitura de Santarém e no Governo do Estado do Pará que permitem que monocultivos se instalem na região apesar dos impactos socioambientais. Inicialmente, propagava-se a idéia de que os plantios de soja só ocorreriam em áreas já desmatadas, mas, na prática, o que se observa é um avanço rápido nas áreas das pequenas propriedades rurais expulsando produtores/as familiares. O desmatamento desenfreado gera a diminuição do número de animais importantes que compõem a dieta tradicional dessas famílias como a paca, o tatu e a cutia, entre outros. A agressão contínua às bases culturais, sociais, ambientais e econômicas dessas famílias, é estímulo para o êxodo rural, este por sua vez, eleva os índices nacionais do desemprego e outros problemas sociais nos centros urbanos. Estima-se que a soja produzida em larga escala emprega 10 trabalhadores para cada 1.000 hectares e o modelo da produção familiar necessita dos mesmos trabalhadores para cada 50 ou 100 hectares.

## **Palestra de Sérgio Schlesinger - FASE Assessor técnico do Projeto Brasil Sustentável e Democrático**

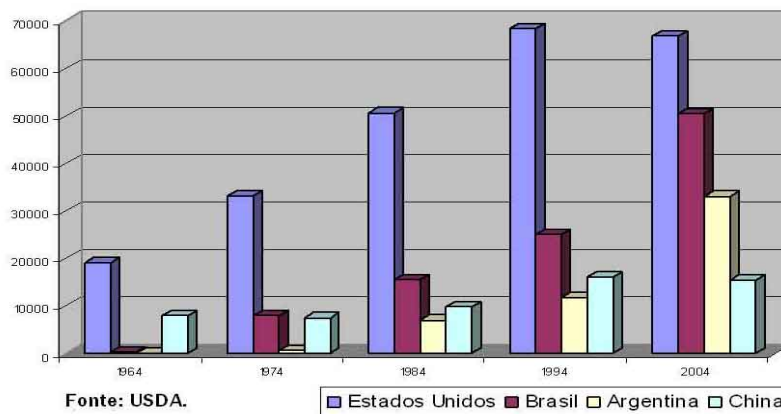
---

<sup>1</sup> O nome do vídeo é derivado de um artigo Soja: o grão que cresceu demais e os impactos deste crescimento sobre a sociedade e o meio ambiente de Sérgio Schlesinger, da FASE, Projeto Brasil Sustentável e Democrático.

Foram apresentadas diversas informações sobre um estudo geral da expansão da soja que se soma aos estudos de caso desenvolvidos pela FASE/Pará e FASE/Mato Grosso e um estudo de caso do GTA no Município de Humaitá, no Estado do Amazonas. Inicialmente apresentou uma imagem (

Gráfico 1) do crescimento da produção de soja no Brasil de 1964 a 2004 comparando a produção brasileira com a produção dos Estados Unidos, Argentina e China. A totalidade da produção de grãos em milhões de toneladas pode ser observada em escala mundial na **Tabela 1**.

**Gráfico 1 – Soja: principais países produtores.**



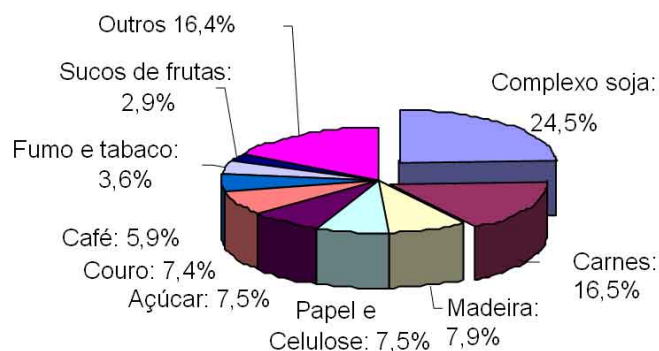
**Tabela 1 - Produção Mundial de Grãos (milhões t).**

	2003/04	1993/94	Cresc. %
Soja	200,2	117,8	70%
Milho	609,0	476,4	27,8%
Trigo	549,5	558,1	-1,5%
Arroz	389,3	349,9	9,7%
FORAGEIROS	881,6	789,6	16,3%

Fonte: Pereira, 2004.

A soja representa mais da metade da produção total de grãos brasileira seguida pelo milho. Os dados apresentados evidenciam que a política brasileira é favorável à expansão do agro negócio. O complexo soja (grãos, farelo e óleo) totaliza 24,5% das exportações da agropecuária, seguida da exportação de carnes (16,5%), madeira (7,9%), papel e celulose (7,5%) e açúcar (7,5%) (**Gráfico 2**).

**Gráfico 2 - Brasil: exportações do agronegócio (05/2004-04/2005).**



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

De acordo com sua pesquisa, a Argentina exporta mais óleo do que o Brasil. A produção nacional apresenta maior volume na exportação de grãos, tal como podemos observar na Tabela 2.

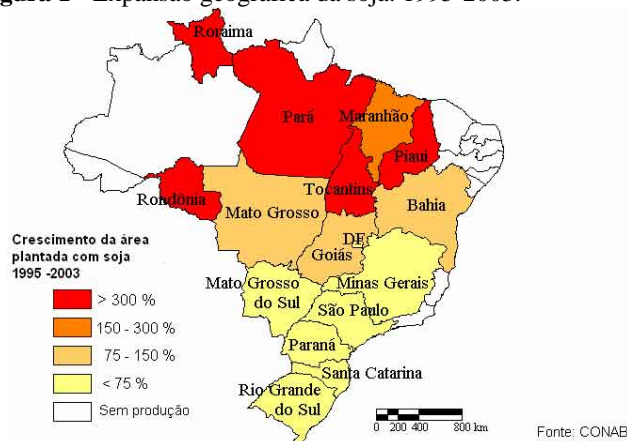
Tabela 2- Soja: exportações brasileiras – 2004.

	Mil toneladas.	US\$ milhões (dólares)
<b>Grão</b>	<b>19.248</b>	<b>5.395</b>
<b>Farelo</b>	<b>14.485</b>	<b>3.271</b>
<b>Óleo Bruto</b>	<b>2.123</b>	<b>1.156</b>
<b>Óleo refinado</b>	<b>384</b>	<b>220</b>
<b>Outros óleos</b>	<b>11</b>	<b>6</b>
<b>Total</b>	<b>36.251</b>	<b>10.048</b>

Fonte: SECEX.

Segundo Sérgio Schlesinger, a expansão geográfica da soja é mais intensa nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (Figura 1). As promessas iniciais de emprego não passam de falácias. O que se observa, ao contrário, é uma redução do emprego no setor da soja (campo) e aumento de concentração fundiária. Ao comparar a agricultura familiar com a patronal deduz que a agricultura familiar gera muito mais emprego se estimarmos uma área de 100 ha.

Figura 1 - Expansão geográfica da soja: 1995-2003.



A evolução da área plantada demonstra que a região Norte do país teve um salto em quinze anos. De 6,3 mil hectares na década de 1990, pulou para 410,9 mil hectares em 2004/5 multiplicando sua abrangência em mais de 65 vezes. Já a região do Nordeste, apesar de “apenas” ter quintuplicado sua produção, a área total é bem superior à do Norte, tal como podemos ver na Tabela 3.

**Tabela 3** - Evolução da área plantada por região 1990 a 2005 (em mil hectares).

REGIÃO/UF	1990/91	1994/95	2004/2005
Norte	6,3	21,4	410,9
Nordeste	282,6	575,9	1.446,9
Centro-Oeste	2.946,2	4.559,8	10.081,9
Sudeste	972,0	1.163,6	1.876,3
Sul	5.535,4	5.358,0	8.503,2
Total Brasil	9.742,5	11.678,7	22.319,2

Fonte: CONAB

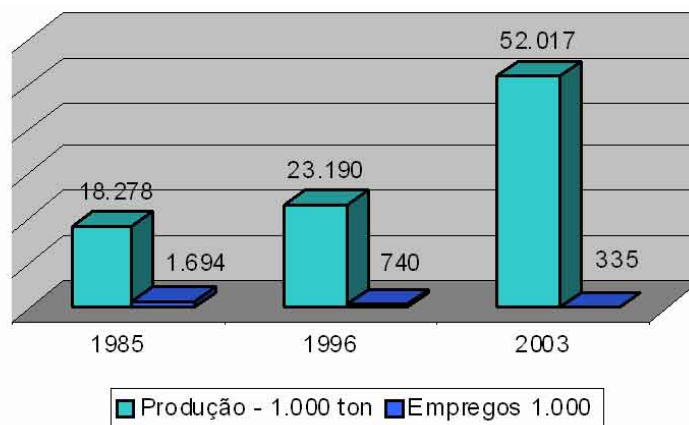
A produção da soja é excludente. O número de empregos gerados com a produção da soja cai na medida em que sua produção aumenta. A expansão da soja só pode ocorrer caso haja a expansão da sua área cultivada.

**Tabela 4** - Empregos na produção de soja.

Milhares de empregos % sobre o total	1996	%	2004	%	N % de trabalhadores	Empregos por mil ha.
Agricultura familiar	710.476	96	257.925	77	-64%	
Agricultura patronal	30.392	4	76.994	23	-153%	
<b>Total</b>	<b>740.869</b>		<b>334.918</b>		<b>-55%</b>	<b>-64%</b>

É nessas novas áreas pretendidas pela sojicultura que (ainda) residem inúmeros agricultores familiares responsáveis por uma parte considerável do abastecimento de alimentos na região (ver Tabela 5). Em contrapartida, observamos que os empregos gerados pela agricultura familiar, responsável pelo abastecimento da diversidade de produtos alimentares, são maiores.

**Gráfico 3** - Produção de soja e número de empregos na agricultura – Brasil: 1985, 1996 e 2003.



Fonte: FIBGE (1985), Roessing, C. e Lazzarotto, J. (2004), e CONAB.

**Tabela 5** - Empregos diretos nas principais atividades agropecuárias, em equivalente homem/ano, para cada 100 hectares, no ano de 2000.



Atividade	Nº de empregos	Atividade	Nº de empregos
Tomate	245	Caju	23
Uva	113	Laranja	16
Fumo	70	Arroz	16
Cebola	52	Feijão	11
Café	49	Cana-de-açúcar	10
Mandioca	38	Milho	8
Cacau	37	Soja	2
Batata	29	Pecuária de corte	0,24
Algodão	24	Grãos (12)	7
Mamona	24	Média de 36 culturas	12

Fonte: Fundação Seade/Sensor Rural, citados por Sachs (2004).

As maiores empresas produtoras de soja no Brasil são transnacionais (Bunge, Cargill, ADM, e Dreyfus. As nacionais são a Caramuru e Maggi, ou seja, o capital estrangeiro domina este setor escoando não apenas a soja, mas também os lucros para fora do país.

Tabela 6 - Maiores empresas do agronegócio Brasil – 2004.

TRANSNACIONAIS	Faturamento (em R\$ bilhões)	Número de empregados (mil)
<b>Bunge</b>	23,2	11,0
<b>Cargill</b>	12,9	22,5
<b>ADM</b>	2,8	2,6
<b>Dreyfus (Coinbra)</b>	1,6	5,0
NACIONAIS		
<b>Caramuru</b>	1,8	2,4
<b>Grupo Maggi</b>	1,3	1,8

Fonte: Sérgio Schlesinger, com base em informações das empresas.

Entre as dez maiores empresas produtoras de alimentos no Brasil, algumas possuem nomes impronunciáveis em nosso dia-a-dia.

Tabela 7 - As dez maiores empresas de alimentos no Brasil (2003).

Empresas	
Bunge Alimentos	10.323
Cargill	8.551
Sadia	5.050
Nestlé Brasil	4.346
Coinbra (Dreyfus)	3.824
Perdigão	3.668
Unilever Alimentos	2.046
Seara (Cargill)	1.714

Kraft Foods	1.567
Ammagi	1.492

Fonte: John Wilkinson e Georges Flexor, UFRJ, maio de 2005, com base em Valor: Ranking das Empresas 2004.

De acordo com o palestrante, para a produção de soja alcançar resultados satisfatórios necessita de uso de fertilizantes, pesticidas e herbicidas que prejudicam a qualidade ambiental e a saúde humana. Sarcasticamente, essas doenças são tratadas com remédios produzidos também pelo capital estrangeiro. Considerando que ainda não existem estudos finalizados sobre as conseqüências que a soja transgênica pode gerar na saúde humana e animal. O palestrante ainda aponta a dinâmica mundial do consumo de farelo de soja: utilizado na criação de animais que futuramente serão objeto do consumo humano.

**Tabela 8** - Consumo mundial de farelo de soja por animais de criação (milhões t).

País ou região	2004	1994	Cresc. Anual (%)
Ásia	42,1	16,9	9,5
União Européia	32,1	22,7	3,3
Estados Unidos	28,4	22,9	2,17
China	21,5	5,1	15,47
América Latina	18,5	9,7	6,67
Outros	17,0	8,5	7,17
<b>Total</b>	<b>138,1</b>	<b>80,7</b>	<b>5,52</b>

Fonte: Pereira, 2004.

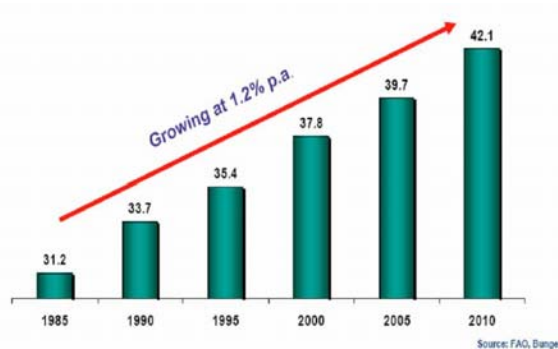
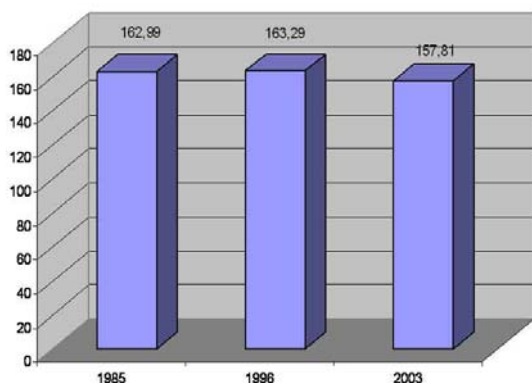
A soja produzida no Brasil em sua imensa maioria é destinada à exportação principalmente para a Ásia. Difícil de aceitar, porém, é que ao mesmo tempo em que os sojeiros recebem incentivos fiscais na exportação os brasileiros pagam 38% a mais pelo óleo de soja nacional (só com impostos).

**Sérgio Schlesinger também ilustra que o consumo de arroz e trigo vem diminuindo em escala mundial (**

Gráfico 1) e observa a rigor um aumento no consumo de carnes (**Gráfico 5**). Devido ao alto conteúdo de proteínas vegetais a soja é utilizada como ração para animais criados em regime de confinamento, mas para obter sucesso na produção de soja é necessário um volume de água muito grande em suas áreas de expansão. Sérgio Schlesinger frisou também que as empresas estrangeiras, em sua maioria, não se responsabilizam pela poluição que geram.

**Gráfico 4** - Consumo mundial per capita de arroz e trigo (kg/ano).

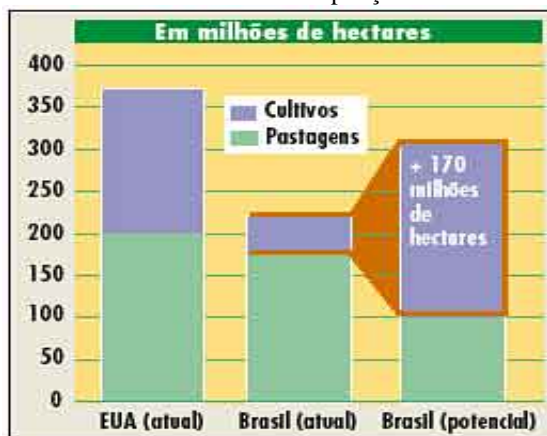
**Gráfico 5** - Consumo mundial per capita de carne (kg/ano).



Fonte: Bunge

O Brasil apresenta um potencial para o plantio de grãos de 170 milhões de ha. (Gráfico 6) e por isso mesmo o “olho grande” do capital estrangeiro está, portanto, voltado para as terras brasileiras, afirma. Outro questionamento importante, é que ao contrário de outros países, o Brasil tem na sua balança de exportação uma sobrecarga no setor primário (agricultura e minérios), ou seja, o Brasil vende soja, minério de ferro, aço e compra microcomputadores, por exemplo.

Gráfico 6 - Possibilidades de ampliação da área cultivada.



Fonte: FAO (MAPA).

À “disponibilidade” das terras brasileiras de potencial produtivo para a agricultura mecanizada, se observa o destaque para as áreas de Cerrado (ver

Tabela 9). Este bioma tal como a floresta amazônica possui muita importância. Por exemplo, muitas espécies utilizadas secularmente pelo conhecimento popular para a confecção de remédios ainda não foram estudadas, outras plantas com outras propriedades e funções diversas também são desconhecidas. Nessas áreas a expulsão das pequenas famílias é pré-requisita para a chegada da soja. A equação matemática (EXTERMÍNIO DE VEGETAÇÃO NATURAL + EXPULSÃO DE POPULAÇÃO TRADICIONAL = DOMINAÇÃO) parece ser uma fórmula simples de combate para os movimentos populares, todavia, ela já dura há mais de 500 no Brasil e ainda se apresenta como modelo eficaz.

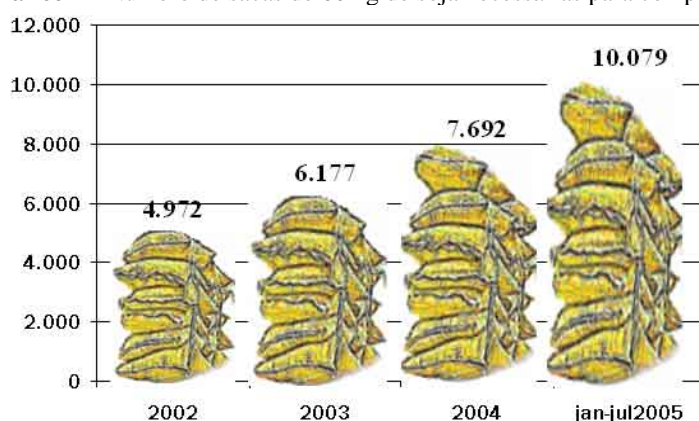
**Tabela 9** - Estimativa de terra disponível para agricultura mecanizada.

	Milhões de hectares	Porcentagem da área total
CERRADO *	65	46
CONVERSÃO DE PASTAGENS **	70-90	40-50
Região de cerrado	20-30	40-50
Sudoeste do Pará	20	
Resto do Brasil	30-40	
AMAZÔNIA ***	10	3
DISPONIBILIDADE TOTAL	145-170	17-20

**Fontes:** \*Embrapa – Centro de Pesquisas do Cerrado (2002), \*\*USDA/FAS/PECAD, \*\*Embrapa/Emater/Departamentos Agrícolas Estaduais.

Em contrapartida, observa que a possibilidade dos pequenos produtores rurais terem sua agricultura mecanizada se reduz na medida em que o preço das colheitadeiras aumenta. Em apenas quatro anos o valor de uma colheitadeira quase triplicou inviabilizando sonhos de otimização da produção da agricultura familiar.

**Gráfico 7** - Número de sacas de 60 kg de soja necessárias para comprar uma colheitadeira.



**Fonte:** CONAB.

Mas então, o que fazer? Suas proposições são as seguintes:

**Apoio à agricultura familiar da soja. Experiências e alternativas:**

- Cooperativas de produção e comercialização, que permitam a criação de economias de escala;
- Melhores condições para a comercialização do produto, sem dependência das grandes empresas;
- Produção orgânica, livre de transgênicos, adubação química e aplicação de agrotóxicos;
- Produção agroecológica, com plantio associado a diversas outras culturas, preservando a vegetação original;
- Criação orgânica de animais, buscando igualmente o consumidor consciente e o equilíbrio ecológico através da produção de maior valor agregado.

**Políticas Nacionais:**

- Reorientar recursos públicos para apoiar pequenas e médias empresas de alimentos e agricultura familiar (produção diversificada / abastecimento interno);
- Taxar exportações de grãos para estimular seu processamento no país, agregar maior valor às exportações e reduzir a necessidade de ampliar o plantio;
- Mecanismos de transição da monocultura para o regime de pequenas e médias propriedades com agricultura familiar orgânica e agroecológica. Ampliar áreas protegidas e preservar recursos naturais.

#### **Negociações internacionais:**

- Política de comércio internacional a serviço dos objetivos acima. Ao invés de barganhar mercados agrícolas, defender o direito de proteger e estimular atividades domésticas para o desenvolvimento econômico com justiça social e preservação ambiental;
- Regulamentação dos investimentos diretos e soberania para direcioná-los. Restrição da propriedade intelectual, uso da produção científica para reduzir desigualdades;
- Repactuação dos compromissos da dívida, para equilibrar contas externas sem necessidade de exportação de bens intensivos em recursos naturais.

#### **Campanhas públicas:**

- Produzir textos sintéticos, vídeos, materiais de fácil compreensão de modo a atingir a opinião pública;
- Divulgar a crueldade a que são submetidos os animais criados em regime de confinamento;
- A qualidade da alimentação deve ser objeto de atenção crescente do consumidor. A mudança dos atuais padrões de produção da soja, de carne de frango, e outras, que devem estar voltadas para a promoção da saúde, segurança alimentar, justiça econômica, geração de emprego, integridade ambiental, e também do bem-estar dos animais.

As políticas nacionais também deveriam re-orientar o destino dos recursos públicos favorecendo as pequenas e médias empresas. Deveria haver taxação na exportação de grãos e mecanismos de transição da monocultura para a ampliação de áreas de pequenos agricultores. Mas como mudar o modelo existente? Qual a trajetória? De acordo com Sérgio Schlesinger, é necessário redirecionar as pesquisas da EMBRAPA que se orienta atualmente pelas pesquisas da Monsanto. Também seria necessário mostrar aos outros países o que acontece no Brasil/Amazônia em virtude da demanda do consumo externo que o país fomenta.

### **Questões referentes à palestra de Sérgio Schlesinger.**

**Venilson (CEFTBAM)** – É possível distribuir cópia dos dados para o povo daqui?

**Resposta:** Sim. Pode ser distribuído também um texto-síntese de 30 páginas.

**Manoel Imbiriba (FAOR/FETAGRI):** com relação ao vídeo, questão da realidade, uso de pesticida, agrotóxico, disputa com a agricultura familiar, desaparecimento de comunidades (...) Você colocou os EUA, o Brasil e Argentina como os maiores produtores de soja. Como é o movimento na Argentina? O que eles fazem lá para se contrapor ao projeto?

**Resposta:** A Argentina é mais fraca na organização social que o Brasil. Não existe nenhum movimento concreto. Houve uma reunião recente com representantes da Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai, onde a situação é pior, pois o governo federal apóia a matança de pequenos agricultores (...) é necessário pensar numa política regional.

**Atilano** (Instituto Manancial) - queria fazer uma complementação de um termo técnico. A soja é rica em proteínas, mas para tanto ela chupa do solo muito nitrogênio. Já se demonstrou que o solo amazônico se esgota após oito anos de uso. A Cargill conseguiu nove anos de isenção de impostos. Ela vai pegar o dinheiro e, após esse período, vai embora e não vai ficar nada aqui. Esgota. Vai para outro lugar no futuro. A sugestão do Sul é viável para a Amazônia? Existe um paradoxo do tempo, meio ambiente e questões sociais.

**Resposta:** A alternativa é não para a soja na Amazônia. Há que se pensar numa produção mais diversificada.

**Gilson Rego** (FDA) - em relação aos objetivos do vídeo (...) existe uma crítica sobre a política de estado que não aparece no vídeo. Como se pensar modelos tendo em vista objetivos favoráveis nos três níveis de poder? A política do estado para a região é a do agro negócio.

**Resposta:** É preciso fazer a transição para um modelo agroecológico, que se proponha a criar postos de trabalho fortalecendo a agricultura familiar, pensando no abastecimento prioritário da população local, depois nacional, depois internacional, com alimentos de qualidade. Para isso, é preciso o redirecionamento dos recursos públicos hoje dirigidos ao agronegócio exportador.

**Sebastião** (STTR/STM) - Como vamos combater a soja se o governo é favor?

**Resposta:** É necessário fazer reforma agrária nos latifúndios. Existe uma proposta de tornar os cartórios públicos ao invés de particulares. Para se conter o avanço da soja, muitos passos devem ser dados. A política do Estado prevê o aumento das exportações que gera o aumento de desemprego e conseqüentemente aumento de violência social. É importante conquistar o apoio da população brasileira. A EMBRAPA ampliou os recursos em pesquisa transgênica.

**Edmar:** Você falou da China e EUA. Quais as conseqüências que ocorreram lá? É possível fazer uma retrospectiva?

**Resposta:** Apesar dos EUA serem os maiores produtores de soja do mundo observa-se um peso baixo na balança. Eles exportam soja para alimentar animais. O forte de suas exportações são produtos de tecnologia de ponta. Na China observa-se uma enorme degradação ambiental. Ela está praticamente importando água. Os sete principais rios da China não são mais perenes.

*(Adendo do André - Greenpeace)* A China é um país onde existe uma ditadura e a política é manter a agricultura familiar para evitar o êxodo rural e para tanto optou por investir num setor específico.

Alguém se manifestou... a poluição gerada nos igarapés que deságuam no rio Amazonas também pode prejudicar a qualidade de suas águas..

**Sérgio:** a Amazônia está sendo destruída pela soja e o Brasil não sabe disso.

**Edmilson:** Qual a relação entre o Alasca e a Amazônia?

**Resposta:** Não conheço a realidade do Alasca. Não posso comparar, mas o que existe de similar é o fato de os dois estarem numa gelada e a exploração intensiva dos recursos naturais.

*(Adendo do André - Greenpeace).* O ISAM realizou uma pesquisa encomendada pelo Greenpeace onde se perguntava com a possibilidade de haver mais de uma **Resposta**, qual a principal ameaça à Amazônia. 80% das respostas apontavam para a exploração madeireira e apenas 5% para a soja.

**Manoel Imbiriba** - a mídia divulga que a soja seria boa para o município. Ela é favorável. Temos que ter cuidado com os projetos federal, estaduais e municipais. Já existem 18 Estados com a cultura da soja. Há também o projeto do biodiesel. A soja é a grande vilã do biodiesel.

**Resposta:** Biodiesel: o problema é o sistema integrado, como o da soja, fumo, frangos. Como se produz? O pequeno produtor é dependente da grande empresa. Para quem? A soja da agricultura familiar do sul está quebrada. Na Amazônia também existe o risco de esgotamento do solo.

*(Observação: Gilson Rego):* Não podemos esquecer da Lei Kandir que é a responsável pela isenção de impostos...

**Paulinho.** A Cargill não vai sair de Santarém após o término do prazo da isenção de impostos, pois ela está localizada num ponto estratégico que reduz em muito o custo com as importações dos grãos se comparada com o Porto de Santos p. ex. Acredito que mais do que informação, é necessário ação. Eu percebo que as principais lideranças nacionais estão anestesiadas com o Governo do Lula que representa a esperança de mudança no país. Porém, e eu falava a pouco com a Tatiana, foi no Governo Lula que se aprovou a Lei dos Transgênicos. Parece que o Lula (ainda) tem o poder de aglutinar para si as esperanças de mudança dos movimentos sociais. Acho que está na hora de fazer uma separação entre política governamental e movimentos sociais e começarmos a exigir mudanças.

**Resposta:** A questão ambiental nunca foi o forte do PT. Os ambientalistas são poucos. O modelo posto em prática é do velho desenvolvimentismo. Acredita-se que produzir automóveis, p.ex. vai gerar mais empregos, quando sabemos que a indústria automobilística está robotizada e gera pouquíssimos empregos. Faz sentido abrir mão de impostos que deveriam ser cobrados dessas empresas e fazer com que o brasileiro pague 38% de imposto sobre o óleo de soja?

**Paulo (APATO)** - A política nacional investe 45 bilhões no agronegócio contra 9 bilhões na agricultura familiar. O governo banca a expansão da soja. Financia a renovação das frotas de tratores. Há também a IIRSA que atua no cone sul. Existe um aumento na área produção de grãos no mundo. Existem grandes projetos. No Rio Tocantins, são 88 hidrelétricas. A transposição das águas do São Francisco é para fomentar o agronegócio. A reforma agrária no Tocantins foi feita para apenas 550 famílias, mas ninguém teve a situação das terras regularizada. Existe uma estratégia que garante a expansão da soja, por isso é necessário reverter a política econômica e promover uma mudança de direcionamento de prioridades.

**Resposta:** Temos que nos valer dos caminhos legais (...) a grilagem é o grande instrumento de latifundiários. Como o Paulo disse sobre a IIRSA, o Brasil prioriza a exportação de grãos e minérios e isso é um programa dos grandes empresários. Não podemos esquecer o caráter imperialista do governo brasileiro que é um grande produtor de energia e também explora os recursos dos países vizinhos. É o caso do petróleo extraído no Equador em terras indígenas e o gás na Bolívia.

Uma dificuldade que temos é que ninguém enxerga as grandes empresas (...) existe mercado para os produtos orgânicos (...) Mas ao final o que observamos é uma grande concentração de renda.

**Matheus (FASE)** - Matheus afirmou que a FASE, definiu claramente a sua opção pela agroecologia, portanto uma opção radicalmente contra a monocultura e pela diversificação que preserva os ecossistemas existentes. Esta posição é organicamente ligada à produção de base familiar e, em termos da soja na Amazônia, significaria uma resistência radical. A FASE considera que uma revolução cultural, que inclua amplas camadas da população, divulgue e popularize os princípios da agroecologia, se faz extremamente necessária e urgente. Neste sentido estamos somente no início mesmo no meio dos e das produtores/as de base familiar. O vídeo, produzido pela FASE Amazônia expressa esta posição, contrapondo a produção de base familiar a partir dos princípios da agroecologia à monocultura da soja na área do agronegócio fomentado pelo Estado.

Lembramos ainda que esta dinâmica do agronegócio em torno da soja faz parte de uma dinâmica destruidora que interliga grilagem, atividade madeireira, agropecuária e cultivo em grande escala de soja e arroz.

Em termos da reprodução do vídeo precisamos fazer algumas pequenas correções, mas o mesmo estará à disposição de todos e todas participantes deste Seminário a partir da semana que vem.

Patrick (Jornalista francês a serviço do CCFD): A importância da dimensão nacional disfarça o modelo exportador. É o consumo que orienta esse modelo. (...)

A problemática da soja não aparece. O impactos dos mercados internacionais não aparecem e, desta forma, os transtornos gerados pouco afetam a consciência. (...) Não há exigência para etiquetar produtos transgênicos na França. (...) É preciso alterar os padrões de consumo internacionais.

Será que existe um caminho para mudar alternativa na alimentação?

Atilano: Não existem dados sobre o censo agropecuário. Qual o real comportamento do homem do campo no Brasil? Não tem dinheiro para a execução. Os movimentos sociais terão mais argumentos. (...) Questão dos mananciais. (...) Impossível tratar com a questão da água sem lidar com o produto. (...) No escoamento da soja abrem estradas que geram assoreamento dos rios e diminuição do pescado. (...) Em Santarém as entidades atuam. Nos outros municípios os Sindicatos têm acesso às informações? Só convenceremos os agricultores com provas documentais.

André (Greenpeace): em Santarém os movimentos sociais estão organizados. O Presidente Lula e a Maria do Carmo (Prefeita do Município de Santarém) são do Partido dos Trabalhadores. (...) no livro de Lênin “O que fazer?” ele discute “como fazer”. Nós fazemos encontros, passeatas... no fim, nada muda. É necessário dar um passo a mais e os movimentos devem decidir o que fazer (...) Quando observamos as políticas federais, verificamos que os principais órgãos estão falidos, apresentam pouca infra-estrutura (INCRA, IBAMA). (...) Todo mundo pode fazer um pouco. Podemos mover uma ação pública contra o município (...) Porque o IBAMA está de olhos fechados com as questões ambientais? São problemas que não se solucionam. Cadê o movimento? Assistimos a um vídeo (...) onde estão as mesmas pessoas que participaram? Falta continuidade de atuação. Temos que ir mais a fundo na questão do IBAMA. O INCRA faz acordo com madeireiras para explorarem assentamentos antes mesmo de serem criados. Temos que botar o governo pra funcionar a nosso favor. Temos que denunciar a corrupção.

(fim: 13:05)

## **Depoimentos de dirigentes sindicais – Trabalhadores rurais da região do Baixo Amazonas.**

Com o fim desta atividade teve início o almoço e em seguida retornamos com um debate facilitado pelo Venilson do CEFTBAM, onde participaram os representantes dos sindicatos rurais presentes.

Venilson: este seminário está discutindo a questão da soja no Baixo Amazonas. Vamos chamar os presidentes dos Sindicatos para falarem sobre a questão da soja em seus Municípios.

Itaituba. Ivan: Boa Tarde! Sou do STR de Itaituba e participo do Fórum da BR 163 (Jacareacanga, Novo Progresso, Trairão).

Em Trairão é bem abrangente a área de soja e arroz. Tem pouca soja, mas já vemos propostas de cooperativas de 80 a 100 mil ha. deixando o pequeno agricultor distante da BR cerca de 80 a 100 km. Os pequenos agricultores vem do sul para trabalhar nas cooperativas de soja. As áreas são planas, possuem madeira. Os grandes esperam a legalização do IBAMA para explorar madeira e depois a soja. Ainda tem área de baixão cujo veneno prejudica o cidadão. As cooperativas estão atingindo a região.

Em Itaituba tem um ramal de 70 km onde o forte da exploração é a madeira (...) existe 80 mil ha. onde eles colocam corrente no mato. (...) a plantação deles é soja, isso no Mamuru (...) eles dizem que ninguém vai impedir os pequenos agricultores, só que não existe terra para assentar 800 famílias.

Em Castelo dos Sonhos a área é garimpeira e também está empurrando os assentamentos para longe das estradas.

Alenquer: Francisco. Eu não sou da diretoria do sindicato, sou delegado sindical. Lá tem soja, arroz. Santo Antonio da Gertrudes, Igarapé Preto, já existem plantios de soja. União, Rio Curuá...

Os pequenos vendiam os terrenos por qualquer besteira, aí aconteceu o êxodo rural e hoje a gente já vê problemas com a pesca que está ameaçada.

Eu moro no Novo Progresso, próximo à União, lá a terra é arrendada.

Curuá: Pedrinho: a soja é muito pouca só tem uma plantação de 15 a 20 ha.



Faro: Everaldo: Graças a Deus os sojeiros ainda não chegaram lá plantando, mas já fizeram picadas numa área de mais de 80 mil ha. (...) os grileiros compram um ha. de terra por R\$ 40,00. (...) vai prejudicar mais de 50 mil pessoas. Existe uma grande preocupação. Mas também tem briga com madeireiro e sojeiro porque um corta o pico do outro.

Juruti: Zequinha: nós estamos no início de um grande desafio. Tem um representante do ITERPA criando cooperativas com objetivo de vender madeiras. (...). A chegada da mineração exclui a possibilidade de distribuição de terras. (...) As mineradoras cerceiam a liberdade de locomoção para exploração da castanha. Elas fecham as estradas que dão acesso às castanheiras que há anos as pessoas extraíam. (...) depois de muita luta surgiu uma associação com mais de 1300 filiados (...) a **Resposta** da portaria não agradou, pois é muito reduzida (...) Lá a mineração é mais forte que a soja. (...) só entra na área com identificação (...) pessoas procuram o STR para reivindicar terra como se o STR fosse dono de terra. (...). O ITERPA diz que tem documentos, mas não apresenta nenhum (...).

Belterra: Auricélia: A soja não é boa! Ela chegou rápida e desordenada. Rapidinho chegou um, chegou dois, foi chegando. O preço da terra era uma mixaria, os trabalhadores foram vendendo ser saber o que estavam fazendo. A soja parou de crescer desordenadamente, pois eles ficaram limitados (...) os prejuízos até hoje são enormes. Não trouxe nenhum benefício para o município, nenhuma melhoria. A gente anda no centro de Belterra só vê sojeiro. (...) As autoridades não estão preocupadas com a situação. (...) Já que a soja se instalou temos que aprender a conviver com o sojeiro. (...) fomos processados por sojeiros. (...) o Silvino (do vídeo) foi obrigado a vender a terra dele porque os vizinhos do lado venderam tudo ele ficou isolado (...) O clima de Belterra está horrível, parece até que o Catrina (furacão) passou por lá. Na BR 163 (km 83) deu um vento que derrubou em Belterra. Antes você não sentia calor, hoje só se dorme com ventilador. (...) de um lado e de outro da estrada você não vê um palmo de floresta, está tudo derrubado.

Santarém: Edimilson: (...) em menos de oito anos trouxeram a solução para a região. Diziam que o emprego em Santarém viria com a soja. (...) O INCRA não liberava a terra dos pequenos e o IBAMA não liberava licença, plano, crédito rural (...) aqueles que venderam as terras com o dinheiro vinham pra cidade, mas acabavam trabalhando em serviços braçais por falta de preparação (...) na época o Lira Maia (prefeito de Santarém) se defendeu na Rádio Rural. (...) o INCRA não liberou crédito rural (...) Alguns colonos não querem vender a terra, mas não tem solução. Não tem água, não tem estrada, não tem nada... (...) quem é o culpado? A soja? (...) tem grileiro sim (...) os madeireiros estão agindo de noite feito morcego.

Monte Alegre: Zé Costa: cresceu a especulação da terra no Município (...) perto das estradas onde hoje em dia tem monocultura a gente vê escola e capela tudo cercada pelo arroz. A mecanização da agricultura tomou conta (...) lá plantava o arroz e em seguida a soja vinha fechando o ciclo (...) tem grandes áreas demarcadas (...) os rios correm o risco de assoreamento na região próxima ao Lago Grande (...) As maiores concentração de terra são para a soja e o arroz (...) com isso tudo muitos problemas sociais são gerados.

Almerim: Josinéia: a proposta do governo municipal é de levar a soja para o município. (...) no momento a preocupação maior é com os madeireiros (...) tem comunidades ligadas aos madeireiros (...) os problemas vão aumentando com a chegada da soja.

Pacajá: Deurival: No dia 19 de dezembro o Sindicato recebeu uma denúncia de trabalho escravo lá em Pacajá numa área de grilagem de mais de 45 mil ha. Um grupo de famílias estava trabalhando há três meses para uma mulher (Maria Adélia). Já tinham brocado 10 ha. e ainda não tinham recebido nada. As pessoas que fizeram a denúncia disseram que já estavam com três dias sem comer nada. (...) O Sindicato fez uma reunião com o prefeito da cidade que liberou um caminhão para buscar as famílias (...) o secretário de Agricultura e mais três policiais foram lá buscar essas famílias que estão hoje numa chácara do Sindicato<sup>2</sup> (...) Lá em Pacajá predomina a pecuária. A indústria madeireira é pequena e é um pessoal que dá pra conversar (...) os trabalhadores são forçados a venderem suas terras para a pecuária (...) a cidade vai crescendo e a terra concentrando na mão de poucas pessoas (...) a madeira e a pecuária empurram os trabalhadores para a cidade (...).

(...) fui determinado para morrer em doze horas (...) um amigo meu estava numa churrascaria na cidade de Repartimento quando ouviu um grupo de fazendeiro contratando pistoleiro para me matar antes que eu fizesse a denúncia (...) ele me ligou avisando. Lá é uma das piores regiões do Pará (...) lá tem o maior foco de pistoleiros...

## **Debate sobre os depoimentos dos dirigentes sindicais.**

Santarém: Edimilson: os agricultores familiares desmatam cerca de 2 a 3,5 ha/ano. E eles? Quantos ha.? 2500 de plantio de soja em 2004 e 2005. Quantas famílias foram prejudicadas? Ao longo da BR 163 tem algumas famílias que ficaram por lá, sofrendo embaixo do sol (...) o sojeiro diz que compra e assalaria (...) sem árvore, o sol escaldava a cabeça, a água esquentava e eles foram embora pra cidade.

José Costa: qual o discurso dos produtores de soja pra região? A Cargill fala que tem pontos positivos da soja (...) em Sinop tem o PIB mais alto do Brasil (...) o que a gente sabe é uma grande disparidade, o PIB é alto, mas a maioria não participa da distribuição de renda (...) o preço das máquinas em comparação com as sacas de soja que mostraram aqui (...) dificilmente um pequeno agricultor vai ter condições para comprar (...) a especulação de terras elevou o preço na região tornando impossível para o pequeno adquirir terras (...) mais um problema, o pequeno passa um ano para conseguir financiamento (...) onde tem soja é só poeira (...) ainda tem a questão social, ambiental.

Antonio FEAGLE: Juruti não tem soja. O que o STR já tentou fazer para ver se ameniza o problema?

Matheus. FASE: Todos os municípios já denunciaram as conseqüências negativas da implantação da soja, as ameaças de toda ordem também da área madeireira, a insegurança, etc..Gostaria que agora esboçassem um retrato de como o povo está reagindo.

Venilson. CEFT-BAM: O debate é sobre a soja, mas se percebe que tem outras questões na região que vem antes da soja (...) o setor madeireiro é muito forte (...) arroz, pecuária, aí vem a soja (...) há dez anos atrás não se falava isso na região. Começou com um debate do prefeito (Santarém) chamando empresários do sul para a região. (...) Santarém e Belterra são mais afetadas por serem cidades pólo. Nas outras há possibilidade de tomar providências (...) dentro de Santarém tem 22 mil ha. de soja (...) a nossa preocupação é que se a gente não tomar medidas, devidas providências, daqui há 15, 20 anos, a situação se agravará. O êxodo rural está na porta para todos verem (...) isso dá margem à prostituição (...) se vende a terra e o dinheiro acaba em um, dois anos (...) alguns que venderam viraram pedintes, surgiram gangues (...) vai aumentar a prostituição e violência nas cidades (...) a gente vê gente armada, mas sabe que eles não são daqui da região (...) aquilo que é bom para o pequeno não é bom para o grande e vice-versa (...) ainda está em tempo para começar a reagir senão pode se tornar pior.

---

<sup>2</sup> Foi incorporado aos anexos deste documento na íntegra do protocolo junto à Procuradoria da República do Município de Santarém.

Imbiriba: O projeto da soja é perverso! Além da fala do Venilson, tem grilagem de terra encabeçada pelo “Casa Grande” que é o maior grileiro de terras da região (...) alguns empresários da soja estão endividados nos bancos, por isso estagnou um pouco. Também teve doença na soja (...) No sul já estão plantando soja transgênica e pode chegar na nossa região, o que é pior (...) Nós temos bastante argumentos e provas que esse projeto é excludente, é de concentração de renda. Isso mostra que é um perverso projeto (...) O ZEE (Zoneamento Ecológico e Econômico) poderá ser financiado pelo Banco Mundial. Esse projeto é para garantir o agronegócio aqui no Estado (...) Nos municípios aonde ainda não chegou a soja, temos que fazer campanha contra (...) A pecuária está dando espaço para a soja. Em Paragominas as fazendas de gado estão sendo mecanizadas para plantar soja.

Luciene: O Prefeito foi no Mato Grosso negociar terras e a gente não percebeu (...) a IIRSA está sendo financiada pelo governo (...) Por que o governo vai criar as áreas de proteção ambiental? (...) 50% movimento social 50% madeireiro e pecuarista que queriam ver seus projetos aprovados (...) eles (os sojeiros) não vão desestimular mesmo com a queda de preço (...) as áreas de proteção ambiental servem para negociar (...) a gente está percebendo a reação do tempo. O clima está diferente (...) até o secretário de meio ambiente disse que a seca não tem nada a ver com o desmatamento e que o agricultor não sabe proteger a terra (...) O julgamento da Dorothy em Belém será dias 8 e 9 e é uma forma de pressionar a justiça para agir.

Peba: A soja, quando veio pra cá estava associada à grilagem. A gente não estava preparado. Ninguém imaginou que alguém ia se interessar por terras na região do Maró. Hoje tem madeireiro e sojeiro apesar do difícil acesso. (...) a soja veio pra Santarém no governo do Lira Maia (...) os trabalhadores foram pegos numa forma muito vulnerável diante dos grandes projetos (...) há muito tempo os governos não investem na agricultura familiar (...) existem placas com propaganda de financiamento. Embora propaganda, existe barreiras para acessar os recursos (...) a gente vem discutindo os impactos sociais e ambientais que afetam todo mundo (...) mas é um tema muito difícil de se falar... (...) nós denunciamos a grilagem (...) tinha um pilantra que foi preso (...) servidores públicos do INCRA também foram presos. (...) o STTR também já foi criticado (...) fizemos uma campanha “Não abra mão de suas terras”. (...) tem depoimentos que dizem que só vão plantar soja esse ano, depois vão voltar pra pecuária (...) existe relato de queda da produção de soja (...) depois de 2 ou 3 anos, o resultado é menor e o investimento maior (...) a articulação maior com o Baixo Amazonas e Oeste do Pará (...) projeto alternativo para a agricultura familiar (...) o que é mais viável na região (...) a gente sabe o que é bom pra nós (...) fizemos uma mobilização de sete dias que gerou um estardalhaço no mercado local. (...) temos uma série de vantagens (...) criação de assentamentos.

Manoel Edivaldo: hoje nós estamos tratando da socialização dos problemas, amanhã vamos trabalhar o “como fazer”? (...) o que me preocupa são os relatos do STTR de Belterra e Juruti (...) prefeitos do PT defendem projetos de soja e mineração (...) Na época do Lira Maia não saiu debate sobre agricultura familiar (...) observei que a Maria do Carmo apóia o agronegócio (...) o desmatamento gera diversos problemas de saúde que atingem toda a região (...) as doenças mais comuns são as doenças tropicais (...) a prefeitura defende o agronegócio e a melhora da saúde, mas na prática é isso que estamos vendo (...) estão caindo as vendas nas lojas no final de ano (...) como se aumentar renda familiar? (...) na prática eles querem manter isso (...) nos intimidar. Até o Antonio Rocha do PT é contra os assentamentos agroextrativistas.

André (Greenpeace): Caiu o preço da soja, mas eles voltam com força (...) conforme os relatos a gente percebe que existem estágios diferenciados da soja na região (...) os seringais foram desmatados e deram espaço para a soja (...)

Socorro: A minha preocupação é com as áreas de assentamento. Como o Peba colocou ainda há muitos companheiros que foram colocados na inscrição para a reforma agrária para a exploração do madeireiro (...) quando um vende um terreno, todos os outros estão ameaçados (...) o grileiro tem ganância por terra (...) hoje as grandes empresas tiram madeira de forma ilegal e quem garante que não será plantio de soja? (...) para nós que moramos na BR 163 o asfaltamento é um benefício para nós que moramos lá (...) o pior é o que vem com ela (...) pra nós é difícil (...) quando chove é uma dificuldade danada para chegar em Santarém (...)

Sérgio: a preservação da Amazônia implica na preservação da agricultura familiar (...) o agronegócio trás empregos especializados (...) devemos pensar aqui nos objetivos desse encontro (...) existem uma série de direitos humanos que estão sendo violados (...) existem inúmeros crimes.

Everaldo. Faro: pra nós que não tínhamos conhecimento sobre a soja pra nós foi um choque ver aquelas propriedades derrubadas. (...) teve uma reunião sobre a soja no município e o prefeito ainda falou que o único preocupado com a questão era o sindicato (...) segundo ele havia promessas de emprego (...) a nossa preocupação era com a poluição e a derrubada da mata (...) levamos os índios que estavam com as suas áreas invadidas (...) os madeireiros também foram convidados para participarem dessa reunião (...) primeiro, o governo disse que ia dar 1 milhão de ha para irmos pra lá (...) depois falou em 600 mil (...) fomos então procurar o Juiz que disse que não podia fazer nada e mandou a gente se virar com advogado (...) também teve uma audiência pública em Óbidos com a Ouvidoria mas até hoje a gente não sabe o resultado disso.

Assunta: a soja teve uma expansão muito rápida. A gente não estava preparada para a discussão (...) naquele momento foi muito válido participarmos dos fóruns dos movimentos da BR 163 (...) eles não sabiam quem era o cabeça do fórum (...) mas esses encontros tem um custo muito alto e a organização torna-se difícil para as organizações em função disso (...) a gente sabe que tem a FDA que estuda a questão da soja em outros países (...) eles levaram documentos fundamentados em lei (...) a construção do plano a partir da visão do movimento (...)

Vicente: no começo os sojeiros diziam que só ocupariam as áreas desmatadas. No nosso estudo de caso isso não é verdade. 30% do plantio de soja é consequência de desmatamento. Onde está sendo plantada soja, está sendo desmatado. A gente precisa saber se o INCRA permite plantio de soja (...) existem dados sobre a APP (...) no Mato Grosso é usado trabalho escravo (...) e aqui é o que? Tem caso de Pacajá, mas têm outros?

Juruti: (...) dia 27 e 28 de julho teve um seminário sobre agricultura familiar (...) é grande o desafio frente aos grandes projetos que estão chegando em Juruti. Como o movimento faria frente aos grandes projetos? Estamos discutindo como prevenir. Foi criada uma associação (assentamento coletivo) (...) tem uma pesquisa que revelou que 90% dos proprietários de títulos individuais venderam suas terras. Por isso, agora, a gente defende os assentamentos coletivos. Um empresário pode ter área grande, por que uma associação não pode? Tivemos a presença do observatório social. Até dezembro chegam 12 empresas em Juruti. Há uma preocupação muito grande do nosso movimento lá. Fundaram o sindicato dos grandes produtores rurais e isso é mais um desafio pra gente.

Pedrinho: sobre aquilo que o Paulinho falava de que precisa mais ação do que informação, eu não concordo com ele. A gente tem que ter antes dados concretos e ainda não temos (...) precisa explicar para convencer os companheiros.

André (Greenpeace): a região de Santarém é antiga, já foi desmatada e hoje é mata secundária (...) tem mata de 40 anos que põem fogo dizendo que é Juquirá. (...) a gente viu o depoimento do Silvino (...) o Greenpeace já fez vários sobrevôos na região e temos muitas imagens (...) não se respeita as APP's (...) o padre Edilberto Sena já fez denúncias (...) o IBAMA foi lá, multou, embargou. O dono não respeita o embargo e fica nisso. (...) nas áreas onde ainda existem matas primárias existe uma pressão dos sojeiros para forçar os pequenos agricultores a saírem de suas terras (...)

Venilson: respondendo ao Vicente, até onde nós sabemos, o INCRA não está permitindo o plantio de soja (...) a gente também sabe de trabalho escravo (...) os madeireiros desmatam e depois vem a soja (...) em Santarém mais de 30% da mata secundária foi derrubada sem contar com os seringais (...) os castanhais também foram destruídos (...)

Vânia: lembrando nossos objetivos (...) nós queremos gerar informações para orientar as ações do movimento sindical (...) só que a gente percebe que existem entidades que fazem pesquisas mas não dialogam (...) o movimento tem que se apropriar desses conhecimentos (...) agora nós vamos descansar, mas pensar para amanhã em como construir uma estratégia (...) os depoimentos são de arrepiar (...) é muito mais (...) queremos continuar amanhã (...)

### 03 de dezembro de 2005.

A abertura das atividades foi uma atividade de relaxamento seguida de uma piada...

Venilson do CEFT-BAM convidou Socorro do IPAM para apresentar e dar início a seqüência de palestras do dia.

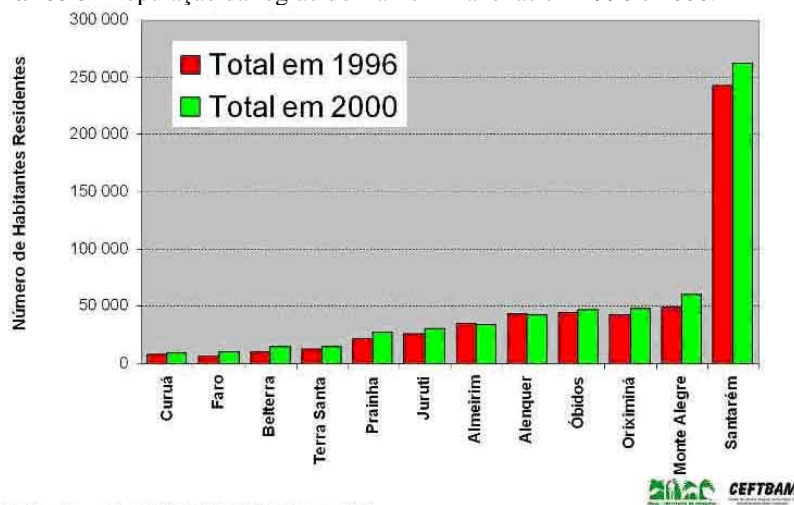
### Palestra de Socorro Pena – IPAM.

Saudando as pessoas presentes, deu início à sua palestra contextualizando as atividades e parcerias do IPAM. Dessa forma, esclareceu as atividades que o instituto vem realizando ao longo da área de influencia da BR 163 com destaque para três pólos chaves: transamazônica (Altamira), BR 163 (Itaituba) e Calha do Amazonas (Baixo Amazonas). Disse que o IPAM conseguiu envolver atores dos governos federal e estadual e que no Mato Grosso há um trabalho conjunto com o GTA e a FASE.

Segundo depoimentos, já realizaram quatro grandes eventos em locais estratégicos (Sinop, Itaituba, Altamira e Santarém). De acordo com as pesquisas realizadas, ao longo da BR 163, afirma, os impactos associados ao desmatamento possuem três atores principais: madeireiros, pecuaristas e sojeiros, concluindo que a soja já se consolidou na região do Baixo Amazonas. Após sua introdução deu início à apresentação do trabalho intitulado “Diagnóstico preliminar da região do Baixo Amazonas” realizado em parceria (IPAM/CEFT-BAM).

Sua apresentação tem início com a visualização gráfica da população residente na região tal como podemos observar no Gráfico 8 abaixo. De acordo com dados do IBGE a maioria da população dos municípios da região já apresenta um número maior de moradores na área urbana do que na rural.

**Gráfico 8 - População da região do Baixo Amazonas em 1996 e 2000.**

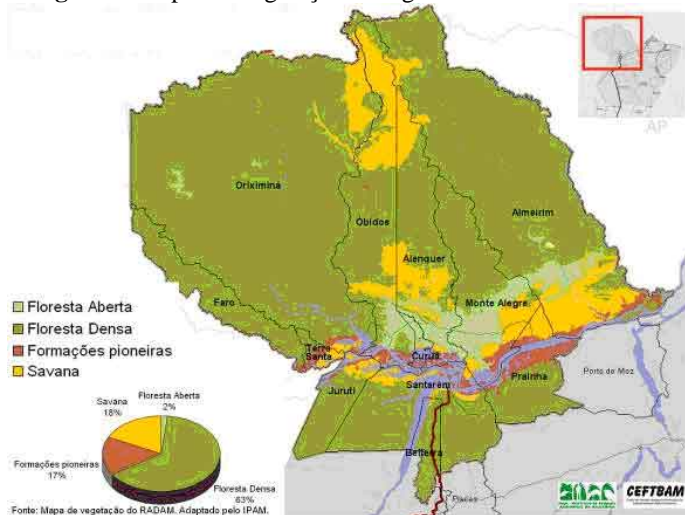


Fonte: Censo Demográfico do IBGE de 1996 e 2000. Adaptado pelo IPAM.



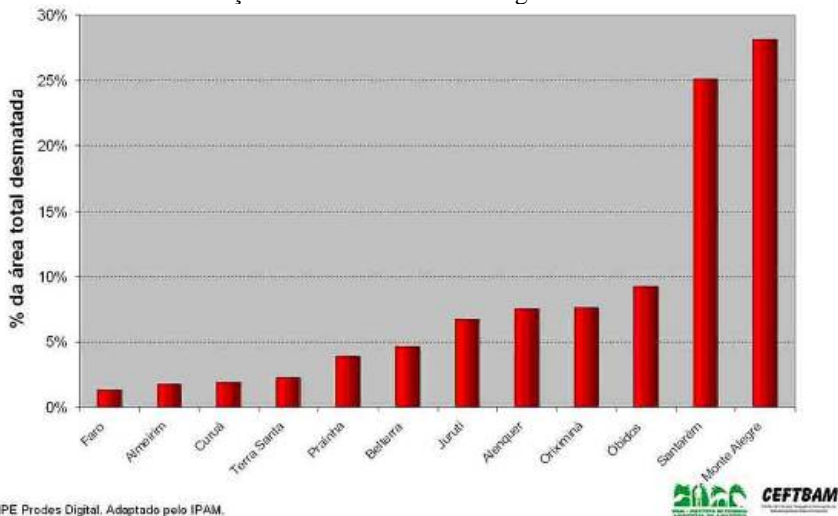
São quatro os tipos de vegetação da região: floresta densa (predominante), floresta aberta, savana e formação de pioneiras, tal como podemos observar na Figura 2 abaixo.

**Figura 2** - Tipo de Vegetação da região do Baixo Amazonas.



O desmatamento observado na região apresenta índices mais críticos nos municípios de Santarém e Monte Alegre.

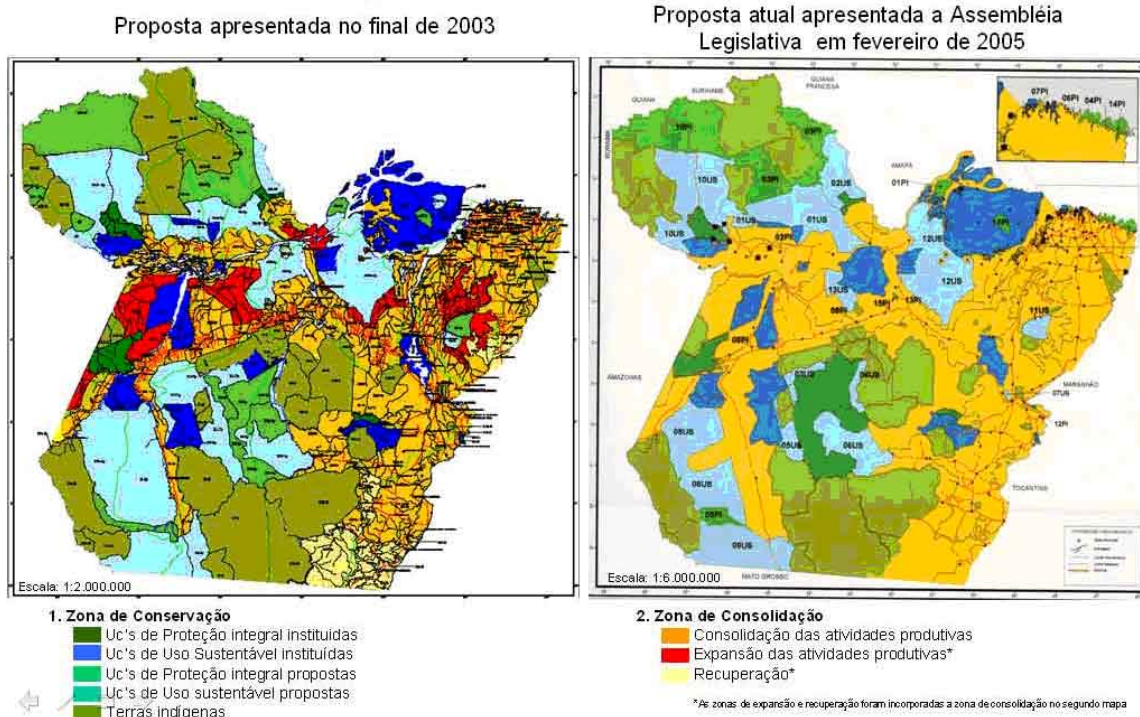
**Gráfico 9** - Distribuição do desmatamento na região do Baixo Amazonas



Em apenas dois anos verificamos também uma mudança significativa nos planos de macro zoneamento do território paraense, onde é nítida a pressão sobre as áreas destinadas à expansão das atividades produtivas consolidando-as desta forma (ver Quadro 4).

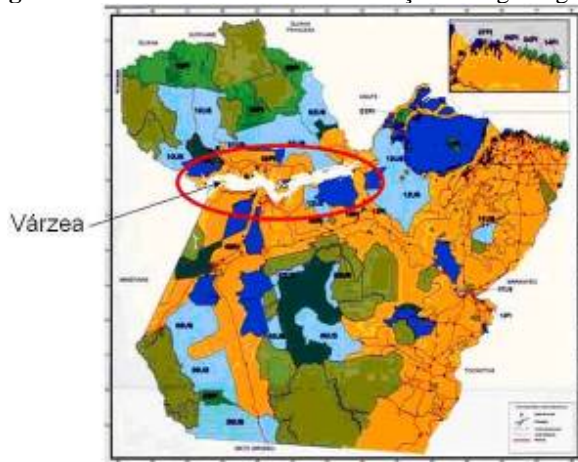
**Figura 3** - Mapas propostos pelo Governo do Pará para o MacroZEE





A área que seria inicialmente um corredor para exportação da soja transformou-se também numa área com potencial para a produção. Nada acontece por acaso, o governo de Almir Gabriel favoreceu a consolidação do agronegócio. Por hora, ainda não existe estudo que compravam o potencial de uso de máquinas agrícolas na área de várzea. Atualmente essa área representa 4% da zona de consolidação do estado (Quadro 5).

**Figura 4 - Várzea X Zona de Consolidação do Agronegócio.**



Acusam o governo federal de “engessar” a economia da região e sabemos que isso não é verdade. O volume de terras proposto para a área de abrangência demonstrada no quadro acima é bem claro. Os números da soja no oeste paraense são os seguintes:

Em 2003 em Belterra e Santarém existiam 30 fazendas de soja e 110 de arroz, em 2005, 487 produtores possuíam atividades mecanizadas, 130 eram produtores de grãos e se registrou 270 propriedades. As características dessas propriedades são: pequenas e médias fazendas de 200 a 1000 ha. de terra produtiva (soja, arroz, milho, sorgo, etc.). Em média são 500 ha. de arroz e 400 de soja. Em Santarém e Belterra 15% das propriedades são maiores que 1000 há, 40 a 50% variam de 150 a 1000 há e 30% são inferiores a 150 ha.

Conseguimos identificar algumas características importantes da produção agrícola. Em 2003 foi plantado 7000 ha. de soja na região de Santarém, incluindo Alenquer e Monte Alegre e 25000 ha. de arroz. A produção da soja é estimada entre 16 a 18 mil toneladas e espera-se 20000 ha. no próximo ano e uma produção de 50.000 toneladas. Existe uma projeção de 200.000 ha. de soja produzida na região para daqui há cinco anos. Outra coisa importante, é que a soja em Santarém lucra R\$ 9,00 a mais do que a soja produzida em Mato Grosso.

Em relação à venda de terras na região sabemos que existem proprietários “laranjas” que recebem cerca de um salário mínimo para permanecer em áreas gigantes (grilagem). O preço da terra apresentou um alto índice, com valores variando de 1000 a 2000 reais o ha. Isso nos preocupa, pois em 3 comunidades num raio de 30 km de Santarém, 90 a 95% dos proprietários já venderam suas terras e pelo menos duas comunidades já desapareceram totalmente.

Um dos problemas gerados com a venda de terras é o “investimento repetido”. Os governos se vêm pressionados por pequenos agricultores que se estabelecem em regiões mais distantes e conseqüentemente sem a mínima infra-estrutura básica (estradas, energia elétrica, abastecimento de água, escolas, postos de saúde e etc.)

A venda de terra nua também aumentou no Estado. A gleba Nova Olinda é um exemplo. Lá residem 276 famílias que habitam o lugar há muitos anos. Ocorre que existem fazendeiros de olho na região que podem comprar terras e até mesmo pessoas. O lugar já foi alvo de atuação do IBAMA e STTR onde identificaram inúmeras irregularidades por parte desses grileiros, que foram autuados e multados. No entanto, fomos até o ITERPA em Belém e verificamos que existem pelo menos 17 pessoas com processo de aquisição de terras em trâmite normal nessa Gleba. Por exemplo, uma área que analisamos mais profundamente, possui 2.154,2771 ha. cujo valor é R\$ 27,71/ha., ou seja, R\$ 59.695,00.

Esse tipo de problema não ocorre só no ITERPA, a “Operação Faroeste” desmascarou um esquema de grilagem envolvendo instituições. Oficiais do Governo e do INCRA foram presos em 2004 pela Polícia Federal. Existe todo um processo de tramitação de grilagem dentro do próprio INCRA. Na Gleba Pacoval também existe caso de grilagem com ameaças de morte. O Quincor queimou recentemente 19 casas de trabalhadores que se negaram a sair de lá...



## Palestra da Vânia de Carvalho – FASE Amazônia

“Injustiça Ambiental, o avanço do mono cultivo da soja em Santarém”. Vânia deu início à sua palestra contextualizando a pesquisa que surge a partir da preocupação dos movimentos sociais com a rapidez da expansão do mono cultivo de soja na região do Baixo Amazonas. Realizada pela Fase e as organizações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, a pesquisa visa contribuir para o debate e o fortalecimento da atuação de organizações e movimentos sociais frente à expansão da produção de soja no Pará. Esclarece o conceito de “injustiça ambiental” que surge nos anos 80 com os movimentos sociais dos Estados Unidos, nas lutas pelos direitos civis dos afro descendentes que denunciavam a desigualdade na distribuição dos danos ambientais do desenvolvimento naquele país. No Brasil, de gigantescas injustiças sociais o tema da “justiça ambiental” vem sendo incorporado pelos movimentos sociais, em nível nacional, com a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, ampliando para além da temática da contaminação química e do aspecto racial da discriminação, para a apropriação elitista do território e dos recursos naturais, a concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente e na exposição desigual da população a poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento<sup>3</sup>. Na Amazônia, o FAOR que atualmente é composto por entidades de quatro Estados (Maranhão, Tocantins, Amapá e Pará) tem como um dos seus eixos de atuação a justiça ambiental e foi lançada uma campanha “Na floresta têm direitos: justiça ambiental na Amazônia” em 2005 com a participação das principais ONGs e movimentos sociais da Região<sup>4</sup>.

Resultados preliminares da pesquisa:

A pesquisa mostra a importância do Baixo Amazonas nesse processo de avanço do monocultivo de soja no Pará através dos Municípios de Santarém e Belterra que detém 44% da produção paraense.

**Tabela 10** - Quantidade produzida de soja em grãos, Estado do Pará por Municípios, 2004.

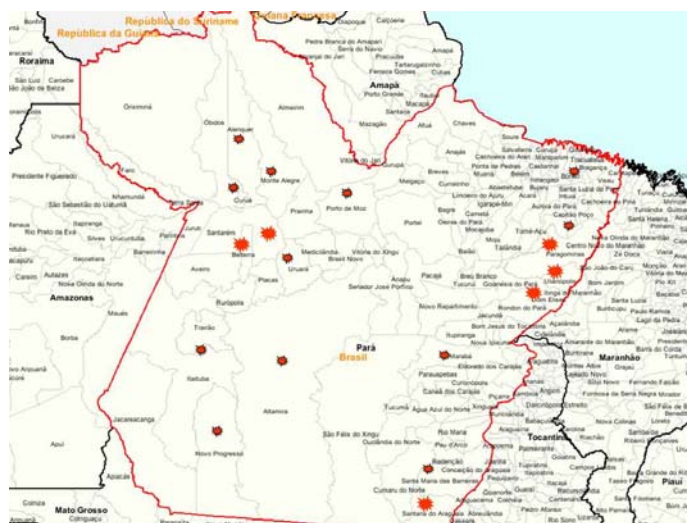
<b>Municípios</b>	<b>Toneladas</b>	<b>%</b>
Santarém	29.700	30
Santana do Araguaia	18.000	18
Belterra	13.500	14
Ulianópolis	11.570	12
Paragominas	9.777	10
Dom Eliseu	6.600	7
Outros municípios paraenses	10.290	9
<b>Total</b>	<b>99.437</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal, 2005.

**Figura 5 – Municípios com produção de soja no Pará.**

<sup>3</sup> Acsegrad, Henri, Herculano, Selene e Pádua, José Augusto (organizadores) - *Justiça Ambiental e Cidadania da Rede Brasileira de Justiça Ambiental*, livro resultado do Colóquio internacional sobre justiça ambiental, trabalho, cidadania realizado em 2001.

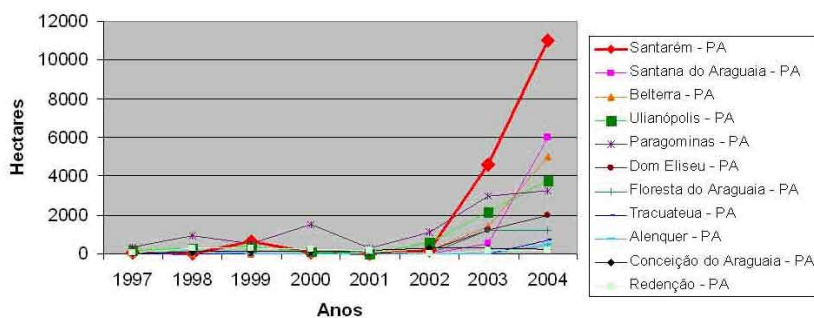
<sup>4</sup> Veja informações sobre a Campanha na página do Observatório de Políticas Públicas Conhecimento e Movimento Social (COMOVA) – [www.comova.org.br](http://www.comova.org.br).



A pesquisa constata, a partir dos depoimentos de lideranças, de produtores/as familiares, de ambientalistas e pesquisadores/as da Região que o avanço da monocultura nesses Municípios tem ocorrido principalmente nas áreas dos sítios diversificados da produção familiar e em áreas de floresta. Não se trata da soja “em si”, mas da forma como esse produto exógeno está entrando na região, com grandes e médios produtores vindos do Centro-Sul do Brasil que implantam monocultivos de soja alternados com arroz, caracterizados pelo uso intenso de maquinário e agrotóxicos que vem poluindo o meio ambiente, expulsando famílias, aumentando a concentração fundiária e o desmatamento sem levar em conta a legislação ambiental. Esse processo é favorecido pela ausência de política agrícola apropriada à produção familiar, de ordenamento fundiário (grilagem, expropriação, ilegalidade voluntária) e ineficiência dos órgãos fiscalizadores. Por sua vez, a expansão da cultura no Pará tem contado com a estrutura dos governos que fornecem bases tecnológicas, financiamentos e infraestrutura. O Governo paraense e instituições federais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA/Amazônia Oriental forneceram as bases tecnológicas para seu desenvolvimento. O Banco da Amazônia, por sua vez, tem financiado muitas fazendas de soja em Santarém.

A imagem a seguir ilustra os principais Municípios de expansão de soja no Estado do Pará desde 1997.

**Gráfico 10** - Evolução da área plantada com soja, principais municípios paraenses, 1997 a 2004.

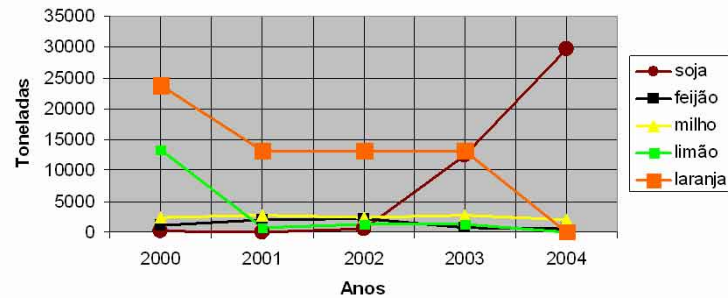


**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal, 2005.

## Insegurança alimentar

Os dados estatísticos do IBGE revelam também que no mesmo período que ocorre o crescimento da produção de soja, cai a produção de gêneros alimentícios, como o feijão, o milho, a laranja e o limão. A seguir podemos observar o comportamento desses produtos em relação à soja nos anos de 2000 a 2004 quando o monocultivo se expande no Município de Santarém.

**Gráfico 11** - Evolução da quantidade produzida de soja, feijão, milho, limão e laranja (em toneladas), Município de Santarém, 2000 – 2004.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

As tabelas a seguir mostram a evolução dos produtos em nível nacional e regional.

**Tabela 11** - Evolução da produção de feijão em Toneladas, Brasil, Região Norte, Estado do Pará, Baixo Amazonas e Microrregião de Santarém, 2000 a 2004.

	A	N	O	S	Varição	
	2000	2001	2002	2003	2004	2003 a 2004 (%)
<b>Brasil</b>	3.056.289	2.453.681	3.064.228	3.302.038	2.965.484	-10,2
<b>Região Norte</b>	110.496	113.193	107.651	134.710	126.422	-6,2
<b>Pará</b>	46.959	51.277	56.864	68.772	63.829	-7,2
<b>Baixo Amazonas</b>	5.050	7.749	9.312	8.839	8.593	-2,8
<b>Micro região de Santarém</b>	4.608	7.238	8.642	8.280	7.992	-3,5

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal.

**Tabela 12-** Evolução da produção de feijão em toneladas, Municípios da Microrregião de Santarém, 2000 a 2004.

Municípios	2000	2001	2002	2003	2004	Varição 2003 a 2004 (%)
<b>Alenquer</b>	1.096	787	884	1.044	1.280	22,6
<b>Belterra</b>	144	238	210	476	392	-17,6
<b>Curuá</b>	35	20	30	30	30	0
<b>Monte Alegre</b>	1.800	3.660	4.754	5.200	4.880	-6,2
<b>Placas</b>	309	435	290	290	290	0
<b>Prainha</b>	88	88	260	520	520	0
<b>Santarém</b>	1.136	2.010	2.214	720	600	-16,7
<b>Total da micro</b>	4.608	7.238	8.642	8.280	7.992	-3,5

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal.

**Tabela 13** -Evolução da área plantada com feijão, Municípios da Microrregião de Santarém, 2000 a 2004 (em Hectare)

	<b>A</b>	<b>N</b>	<b>O</b>	<b>S</b>		
	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>Variação 2003 a 2004</b>
<b>Alenquer</b>	1.370	984	1.105	1.305	1.600	22,6
<b>Belterra</b>	300	330	300	680	560	-17,6
<b>Curuá</b>	70	40	60	60	60	0,0
<b>Monte Alegre</b>	2.500	4.400	5.580	6.000	5.600	-6,7
<b>Placas</b>	400	450	450	450	450	0,0
<b>Prainha</b>	152	152	300	600	600	0,0
<b>Santarém</b>	3.200	3.350	3.690	1.200	1.000	-16,7
<b>Total da micro</b>	7.992	9.706	11.485	10.295	9.870	-4,1
<b>Fonte:</b> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal.						

**Tabela 14** -Evolução da produção de milho, em toneladas, Municípios da Microrregião de Santarém, 2000 a 2004

	<b>A</b>	<b>N</b>	<b>O</b>	<b>S</b>		
<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>Variação 2003 a 2004</b>
<b>Alenquer</b>	10.290	12.081	12.915	7.760	8.940	15,2
<b>Belterra</b>	1.620	2.490	3.240	5.040	5.760	14,3
<b>Curuá</b>	420	300	300	300	1.152	284
<b>Monte Alegre</b>	34.250	68.000	68.000	81.700	76.400	-6,5
<b>Placas</b>	1.050	2.352	2.058	2.520	2.650	5,2
<b>Prainha</b>	1.065	1.057	1.008	2.880	19.200	566,7
<b>Santarém</b>	2.380	2.760	2.400	2.700	2.100	-22,2
<b>Total da micro</b>	51.075	89.040	89.921	102.900	116.202	12,9
<b>Fonte:</b> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal.						

**Tabela 15** - Evolução da quantidade produzida de laranja, em Toneladas, Municípios da Microrregião de Santarém, 2000 a 2003.

	<b>A</b>	<b>N</b>	<b>O</b>	<b>S</b>	
<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Variação 2000 a 2003</b>
<b>Alenquer</b>	23.940	3.990	3.990	3.990	-83,3
<b>Belterra</b>	7.680	1.280	1.280	1.280	-83,3
<b>Curuá</b>	3.150	270	270	270	-91,4
<b>Monte Alegre</b>	29.520	4.920	4.800	3.600	-87,8
<b>Placas</b>	432	72	72	72	-83,3
<b>Prainha</b>	4.560	570	570	570	-87,5
<b>Santarém</b>	23.760	13.200	13.200	13.200	-44,4
<b>Total da micro</b>	93.042	24.302	24.182	22.982	-75,3
<b>Fonte:</b> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal.					

A queda da produção de limão na Microrregião de Santarém é especialmente preocupante para a segurança alimentar em nível de Pará e de Região Norte. A microrregião de Santarém, em 2003, era responsável por 55% da produção paraense. Em 2000, era responsável por 57% da produção paraense.

Por sua vez, o Pará detinha 77,6% de toda a produção de limão da Região Norte. O Município de Santarém em 2000 era responsável por 17 % da produção paraense e em 2003 por 29%..

**Tabela 16** - Evolução da quantidade produzida de limão, em Toneladas, Municípios da Microrregião de Santarém, 2000 a 2003.

	<b>A</b>	<b>N</b>	<b>O</b>	<b>S</b>	
<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Variação 2000 a 2003</b>
<b>Alenquer</b>	4.500	184	184	0	-100
<b>Belterra</b>	4.704	800	0	0	-100
<b>Curuá</b>	600	40	0	0	-100
<b>Monte Alegre</b>	20.000	750	1.200	1.200	-94
<b>Placas</b>	0	0	0	0	0
<b>Praíha</b>	2.400	160	240	0	-100
<b>Santarém</b>	13.296	720	1.320	1.320	-90,1
<b>Total da micro</b>	45.500	2.654	2.944	2.520	-94,5

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal.

Os impactos ambientais e sociais gerados com a sojicultura são desastrosos. Existe o aumento do êxodo rural e todos os desdobramentos derivados: aumento de famílias desempregadas, inchamento das cidades, aumento da criminalidade, prostituição e violência.

Pode-se responsabilizar o avanço da soja pelo desaparecimento de igarapés e redução da quantidade de água, por exemplo, o Igarapé do Cedro na Santarém-Cuiabá está com 10 km de leito seco. Existem mudanças na cor original da água dos rios devido ao uso de produtos fermentados (Agrotóxicos e matéria orgânica) e ao assoreamento. O clima ficou mais quente. Algumas comunidades estão desaparecendo. No Tabocal até o km 77 da Santarém-Cuiabá já não existem propriedade de até 100 hectares e escolas foram fechadas por falta de alunos. Na Comunidade do Paca haviam 50 famílias, hoje tem só duas famílias.

O Êxodo rural trás mais empobrecimento para as famílias que resistem de vender suas terras. As escolas são fechadas por falta de alunos, existe a dificuldades de transporte para os alunos e falta posto de saúde. Muitas famílias estão vendendo suas propriedade e buscando lotes de 10 x 30 metros ou migrando para as periferias do núcleo urbano de Santarém, onde já se observa o aumento de prostituição, habitações sem infra-estrutura básica (saneamento e água de qualidade) e desemprego.

Existe também o empobrecimento biológico observado pelo desaparecimento de animais silvestres, principalmente o tatu e a paca que “não correm” do perigo. Porco do mato, cotia, veado, onça, pássaros (araras, papagaio, mutum, gavião). Existe um aumento de acidentes com cobras e de doenças como dengue, malária que, segundo os entrevistados não ocorriam com a mesma frequência de antes da implantação da soja.

A sojicultura vem ocasionando o desaparecimento de frutíferas regionais. Como se não bastasse, ainda existe a ameaça de sítios arqueológicos na Rodovia Santarém –Cuiabá. Parte de nossa história está virando farelo (de soja). Por outro lado, observa-se a invasão de animais silvestres: macacos, onças. Na Comunidade do Samaúma existe relato de uma onça que comia duas cabeças de gado por dia.

Houve uma mudança muito rápida na região e as conseqüências negativas já podem ser observadas. No entanto, é possível frear esse processo.

As propostas dos movimentos sociais são as seguintes:

- Ordenamento Territorial com a participação das organizações
- Ampliação de Unidades de Conservação
- Projetos de assentamento agroextrativistas
- Resistência

- Campanha junto a consumidores/as
- Ampliação e fortalecimento do PROAMBIENTE – compensação por serviços ambientais.

## Palestra de Paulo Rogério Gonçalves - APA-TO.

Paulo apresentou a palestra “A Soja no Estado do Tocantins”.

A chegada da Soja ao Estado do Tocantins se deu na década de 80, ainda no antigo Estado de Goiás, e era parte do projeto de expansão da fronteira agrícola local. Nessa época as políticas de desenvolvimento propunham a substituição do cerrado por grãos. O cerrado era uma vegetação “feia, tortinha”, não tinha, portanto, nenhum problema em substituí-la pela soja que traria riquezas para a região.

Para tanto, foi elaborado um plano de irrigação para produção de soja e arroz que se materializou com a implantação do Projeto Rio Formoso, na planície do Araguaia. Na década de 80 são implantados 14 mil ha. no Município de Formoso do Araguaia e, na década de 90, se amplia para 68 mil hectares expandindo para os municípios de Lagoa da Confusão e Dueré.

Ainda não sabemos quais são os impactos gerados com a implantação do Projeto Rio Formoso no Estado. Sabemos que o Projeto já tem 25 anos, mas não existem estudos que avaliam os impactos sociais, ambientais e econômicos. Não existe interesse por parte do Estado para fazer essa avaliação. Entretanto, sabemos que todas as cooperativas (sojicultores) que surgiram com o projeto nas décadas de 80 e 90 faliram.

A dívida do Agronegócio na região é imensa. As cooperativas do agronegócio brasileiro em 1995 somavam 26,6 bilhões de reais em dívidas que deveriam ser pagas até 2005. Até o momento foi pago apenas 8 bilhões e o governo em 2004, pagou mais de 3,38 bilhões para rolar a dívida, no final, como sabemos, quem paga a dívida é a sociedade de uma forma geral. O Índice de Desenvolvimento Humano observado na região em 2000 é muito baixo, tal como podemos observar na Tabela 17 abaixo.

**Tabela 17** - Índice de desenvolvimento Humano - 2000.

Municípios	Colocação Estadual	Colocação Nacional
Formoso do Araguaia	24	2818
Dueré	29	2980
Lagoa da Confusão	59	3457

As questões ambientais derivadas da monocultura da soja são alarmantes. O que se observa é um tremendo desequilíbrio ambiental e perda da biodiversidade. Devido à utilização de agrotóxicos, muitos peixes e aves morrem. Isso sem contar com a contaminação e morte de inúmeros trabalhadores/as. A perda de solo é de 10 a 50 ton/ha/ano.

De acordo com a Conservação Internacional, no Brasil restam apenas 34% da área original de cerrado e as estimativas são que o cerrado brasileiro seja totalmente destruído até 2030. Ainda existem outros dados já pesquisados, mas a professora responsável pela pesquisa tem medo de publicar suas informações, pois já recebeu inúmeras ameaças pessoais e por isso não quis me passar os seus dados de seu trabalho.

A resposta econômica dos projetos é negativa. É o banco (Governo) que ao final assume o ônus das dívidas. Veja alguns exemplos abaixo.

**Tabela 18** - Projetos do Governo do Estado.

Projeto	Área inicial/ha	Área potencial/ha	Atividade produtiva
PDRI	Sampaio	398.300	Arroz x soja

	4.500		
Prodecer III	40.000	300.000	Soja
Javaés	68.000	279.000	Arroz x soja
Campos Lindos	20.000	200.000	Soja

Os conflitos envolvendo a soja estão relacionados à expansão das áreas de dentro para fora. Como já foi dito aqui, lá também registramos a ocorrência de Trabalho escravo em Campos Lindos, Novo Acordo, Goiatins, Lagoa do Tocantins, Santa Rita, Taguatinga.

Existe também o caso da redução da APA do Cantão, que na verdade se tratava de um caso de especulação de terras públicas que felizmente a organização popular conseguiu barrar. Não havia estudos técnicos nem foi realizada consulta pública tal como se prevê na lei. Fizemos então uma pressão na câmara de vereadores. Essa prática é conhecida como “grilagem chapa branca”.

Em 1996 o Ministério Público Estadual cancelou só no município de Araguatins, a matrícula de 300 mil hectares de terras da União e repassou para o Estado, e este por fim escriturou para fazendeiros. De acordo com a CPT (2003), de cada 4,9 habitantes rurais 1 morre em conflitos no Tocantins. Esse índice é maior do que os índices de Guerra. Os Estados com maior conflito são: Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Tocantins. Esses conflitos relacionam-se ao aumento de 66,1 % na área plantada de soja na região centro-oeste (IPEA 2004), por exemplo. Todos sabem que o Agronegócio é de fato uma roupagem do coronelismo. À soja estão associadas práticas de grilagem, assassinato e coação. Tabela 19 - **Área plantada de soja/safra 2004/2005.**

Estados	Área plantada/ha
Mato Grosso	6.105.200
Mato Grosso do Sul	2.030.800
Goiás	2.662.000
Tocantins	355.700
Pará	69.000

E como é que o governo reage a essa situação? Para nossa infelicidade, em 2003, 35.292 famílias foram despejadas de suas terras (+ 263,2 %). O “Plano Safra” 2005/2006 para a Agricultura Familiar prevê o investimento de 9 bilhões de reais enquanto que para o agronegócio o volume de recurso previsto é de 53,35 bilhões de reais. O orçamento do MDA em 2005 é de 3,7 bilhões com a meta de beneficiar 115 mil famílias, porém “sobrou” 1,7 bilhões o que daria para atender a 40 mil famílias. Enquanto isso apenas um projeto, o de Transposição do Rio São Francisco, está na ordem de 9,3 Bilhões de Reais, na Bacia Tocantins-Araguaia está prevista a construção de 88 hidrelétricas e no Estado do Tocantins das 550 famílias já assentadas pela reforma agrária até agora nenhuma propriedade rural foi regularizada. O que fazer? O palestrante sugere que as entidades de base devem impedir o avanço do agronegócio ou o Brasil será transformado em um dos maiores pólos do agronegócio do mundo.

## **Palestra de Nair Martins Barbosa. SDMH-MA**

Nair apresentou a palestra “Expansão da soja no Maranhão”. Deu início com uma breve caracterização histórica da região do Baixo Parnaíba Maranhense. Lá a produção da soja em larga escala começou na década de 1980 e nos últimos três anos ela observa que os plantios vem se deslocando para a região nordeste do Estado. Ela apresentaria um mapa que nos ajudaria a ter uma melhor visualização das áreas em questão, mas o arquivo da imagem não era compatível com os programas existentes no computador utilizado naquele momento.

A monocultura no maranhão tem início com a cana-de-açúcar, seguida pela plantação de eucalipto e atualmente, a soja.

Em 2004 houve um encontro para discutir problemas relacionados à cana e a soja. Foi realizado um debate com os municípios sobre os grandes projetos e como organizar projetos alternativos. De acordo com a Nair, os problemas ambientais e sociais apresentados nas palestras anteriores são semelhantes em seu Estado. Falou também da realização de uma marcha realizada em maio deste mesmo ano contra a expansão da soja.

Fez um breve relato sobre o Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba que se trata de um espaço de articulação e denúncia de entidades, movimentos sociais e sindicais, pastorais, parlamentares do campo democrático e popular, igrejas. Os principais problemas verificados são as áreas suscetíveis à desertificação (Piauí) e Grandes Grupos atuando na região (Grupo João Santos, Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. Este último, pertencente ao Grupo Suzano Bahia Sul e Gerdau).

De acordo com a palestrante, em seu estado, se encontram os municípios com os piores Indicadores Sociais e uma elevada concentração da Terra que avança principalmente sobre as Comunidades Quilombolas. A metade das terras no estado é de propriedades dos “gaúchos”. Existe também, uma parceria entre as carvoarias e os sojicultores.

De acordo com sua exposição, o desmatamento gerado pela expansão da soja está gerando o comprometimento da qualidade dos recursos hídricos e causando aumento das doenças respiratórias e de pele, principalmente leishmaniose.

As principais estratégias que ela sugere são a articulação e mobilização das comunidades, (como foi o caso da Marcha em Defesa da Vida no Baixo Parnaíba), exigir por meio de realizações de audiências públicas o comprometimento das autoridades para solucionar esse problemas e promover ações junto à Procuradoria Geral de Justiça.

Nos dias 16 e 17 de dezembro de 2005 vai acontecer um encontro de comunidades onde se espera a participação de 1500 pessoas. Há muitas questões para serem discutidas. O desmatamento da região está acelerado, existe uma ousadia muito grande por partes dos sojeiros.

Por outro lado, nas audiências públicas que ocorrem há relatos de muitas brigas. Alguma ONG’s apóiam os setores que prejudicam a região e isso dificulta o planejamento das ações conjuntas. Por fim, ela nos disse que está empenhada na elaboração de um relatório que deve ser entregue para o Observatório Social. Neste relatório ela aponta a queda na produção de arroz, feijão, milho e mandioca, provenientes da agricultura familiar. Seu estudo também contempla a análise dos impactos ambientais da região.

Um aspecto positivo é o número de entidades que compõem o Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba, são 12.

- ✓ Sociedade Maranhense de Direitos Humanos;
- ✓ Centro de Cultura Negra;
- ✓ Fórum Carajás;
- ✓ Cáritas Regional – Maranhão
- ✓ Comissão Pastoral da Terra;
- ✓ Centro de Defesa e Promoção dos Direitos e da Cidadania;
- ✓ Centro de Direitos Humanos de Tutóia.
- ✓ Pastoral Social de da Diocese de Brejo
- ✓ Federação dos Trabalhadores (as) na Agricultura do Estado do Maranhão – FETAEMA.
- ✓ Mata Roma para Todos
- ✓ APREMA
- ✓ Comissão de Justiça e Paz – Diocese de Brejo



## **Palestra de Vicente José Puhl - FASE – MT.**

Vicente começou sua palestra afirmando ser uma história viva da soja. Quando ainda criança ajudava seu pai no plantio (rústico) da soja que era destinada à alimentação de suínos. Vicente lembra que desde criança, ouvia comentários sobre a alimentação dos porcos com soja. “Não pode dar muito, porque enfraquece os ossos do animal” e questiona: se faz mal para o animal será que não faz mal pra gente também?

Vicente apresenta uma preocupação muito importante: é difícil se posicionar contra a soja! Os sojicultores são espertos. Eles estão se preparando para mostrar as maravilhas da soja e ridicularizar quem é contra.

Uma curiosidade apresentada, é que o mato-grossense em sua maioria mora em Cuiabá, é no planalto que residem os migrantes que vieram trabalhar com a soja.

Infelizmente, o CD que o Vicente utilizou para fazer a apresentação de sua palestra, por motivos técnicos não pode ser exibido em sua totalidade. O material em questão se trata de uma produção do próprio estado e a intenção era mostrar como o governo vem fazendo propagandas positivas sobre a expansão da soja.

Um exemplo é uma foto aérea de inúmeras e gigantescas colheitadeiras de soja que vem à frente de outras tantas máquinas que logo em seguida à colheita, já fazem a plantação alternativa de milho, que no Estado é conhecida como safrinha. Segundo Vicente o Governo “adora” usar essa imagem pelo poder visual impressionante que exerce.

A estratégia dos sojeiros é mostrar como a soja é importante para mostrar como o agronegócio é importante para o Brasil. Para tanto, se utilizam de argumentos que inclusive depõem contra sua ganância. É o caso da propaganda sobre a utilização de máquinas que possuem uma tecnologia tão avançada que fazem o trabalho de 300 homens, afirmam. Mas isso não significa que outros 299 trabalhadores vão ficar desempregados? A utilização de mão de obra nessas áreas requer pessoal extremamente capacitado para operar essas máquinas. Numa razão direta, para cada 100 máquinas utilizadas pelo agronegócio, 29.900 trabalhadores perdem seus empregos.

O aumento da produção da soja representa a diminuição direta dos outros produtos alimentares. Verificamos que ocorreu uma diminuição de 40% na produção de feijão, 8% na produção de arroz e 95% da produção de mandioca. No Mato Grosso como aqui, a mandioca é um importante componente na dieta alimentar. Apesar disso a política pública dos governos é apoiar o agronegócio atendendo as suas reivindicações. Dessa forma, cria medidas compensatórias, fornece incentivo fiscal para compra de agrotóxicos dando isenção de pagamento de ICM, apóia a instalação de indústrias agroquímicas e até de aviação. A soja tornou-se um elemento dinamizador da economia no Mato Grosso.

A área de produção do Estado é de 6 milhões de hectares e aproximadamente 600 mil hectares de terra por ano vêm sendo incorporados ao plantio de soja nos últimos 10 anos o que demonstra uma enorme velocidade e abrangência da incorporação de novas áreas.

Na região do Xingu, até 1994 2.300.000 de há foram desmatados. Em 2003 esse valor subiu para mais de 5.000.000. Foi feito um investimento estrondoso na soja. Bilhões de crédito foram repassados. Sendo assim, nós temos que botar o pé nas políticas públicas e sugerir pesquisas de interesse da agroecologia, até porque a pequena produção foi desestruturada. Ainda tem o problema da utilização de venenos que matam tudo aquilo que não for soja.

No mato grosso a vegetação original predominante é a floresta amazônica. 52% de sua área total já foi desmatada. Se considerarmos as leis ambientais, veremos que ela exige a preservação de 80% dessa vegetação. Pela lei, a floresta teria que ficar de pé. Agora eles querem aprovar uma lei dizendo que a área em questão se trata de Cerrado, onde a preservação é menos rígida (35%), mas de qualquer forma, se analisarmos a expansão da soja e o que já foi desmatado ainda assim observaríamos ilegalidades e, portanto, crimes ambientais.

Em Sorriso que é a maior cidade produtora do Estado, apenas 24 produtores plantam soja em uma área total superior a 25 mil hectares. 60% da produção correspondem a plantios em áreas de 1000 a 1500 ha. 90% da produção é de pessoa física, nas áreas com até 100 ha. que correspondem a 0,8% apenas, a produção é insignificante e desestimulada. O que se observa, aliás, é a redução dos pequenos proprietários, até porque, o aumento do preço das terras inviabiliza que os pequenos agricultores ampliem suas propriedades.

A distribuição das grandes áreas produtivas do Mato Grosso é a seguinte: 1 proprietário de terra possui 28.000 ha. esse valor é maior do que toda a área de produção do Pará. 1 proprietário possui 15.000 hectares. 1 proprietário possui 12.000. 1 proprietário possui 10.000 e 24 produtores possuem área superior a 5.000 ha. São essas áreas imensas que vem destruindo o Cerrado e a Floresta Amazônica de nosso Estado.

A metade dos desmatamentos no Brasil registrados pelo INPE no ano de 2004 ocorreu no Mato Grosso. Associado ao desmatamento, o plantio da soja ainda exige a utilização de inseticidas e na prática o uso regular no Estado é maior do que o recomendado. São 30 milhões de litro por ano! Também há o uso de soja transgênica que tem maior vantagem sobre as outras espécies. Quando chove as águas que saem dessas plantações carregam para os rios esses venenos e herbicidas que continuam matando tudo, inclusive as plantas que os peixes se alimentam. Dessa forma, além de assorear, contaminar e poluir as águas dos rios, comprometendo sobremaneira a qualidade dos recursos hídricos, o que se observa é a diminuição do pescado, mais pela falta de alimentos (atingidos por produtos químicos que chegam ao rio) do que pela pesca predatória.

Existem também alguns impactos “invisíveis” gerados pelo agronegócio. Um problema social muito grave e de inadmissível aceitação e outras pessoas já falaram sobre isso, é a questão do trabalho escravo. Em pleno século XXI, no ano de 2004 foram registrados 1.324 casos de trabalho escravo na região. Convém lembrar que apenas 17% das denúncias apresentadas foram apuradas.

Existe impacto cultural também sobre a vida dos índios pareci que já assinaram 10 contratos com o governo para cultivar soja em 15.000 ha. em suas terras, outrora sagradas. No caso dos trabalhadores rurais sem terra, somam mais de 18.000 o número de pessoas reconhecidas e cadastradas no programa de reforma agrária do INCRA que sequer recebem cestas básicas do governo federal.

No caso de Sorriso, onde se registra o maior PIB do Estado, verificamos que existe recomendação de não empregarem nenhum (a) trabalhador (a) negro (a). Dessa forma, os (as) negros (as) e/ou mais pobres que chegam à cidade recebem “incentivo” por meio de fornecimento de passagens, para buscarem oportunidades em outras cidades, dessa forma, a solução para os “problemas sociais” locais é exportá-los para outros municípios e estados.

Temos que pensar em ações, mas qual é a estratégia deles?

O discurso deles é que A soja representa 40% da economia do Mato Grosso e 90% das exportações do Estado e a produção de soja vai alimentar o mundo e gerar crescimento econômico para o Brasil. Só que para atingir essa meta monstruosa e criminosa já se discute mudanças na legislação ambiental. Eles também sabem que o trabalho escravo não é bem visto e começam a pensar em estratégias para reverter essa situação de forma que os favoreçam. Forjam argumentos de que a reforma agrária é inviável, pois todo o volume de recursos empregados é ao final desperdiçado. Eles criam ONG's para defender seus interesses.

Ao nosso lado já existem atividades de resistência contra toda essa situação. É o caso do Fórum permanente contra o trabalho escravo, o fórum mato-grossense de direitos humanos. Os quilombolas possuem 18.000 hectares de terra, mas 8.000 ainda são ocupados por fazendeiros que querem manter apenas 20% de área de reserva legal.

Realizamos o II ERA (Encontro Regional de Agroecologia) onde diversas entidades e trabalhadores rurais da Amazônia brasileira apresentaram diversas experiências alternativas ao Agronegócio, além da elaboração de metas e proposições para o II ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) que deve acontecer no início de 2006 em Recife, PE.

E por fim realizamos e devemos ampliar para todos os locais, campanhas contra o uso de transgênicos e agrotóxicos.

Intervalo para almoço.

## Leitura de nota de repúdio

Após o retorno do almoço, o Vice- Presidente do Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Santarém, Raimundo de Lima Mesquita fez uma leitura aos participantes do seminário. Tratava-se de uma nota de repúdio a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra que aprovou o relatório elaborado pelo Deputado Federal Abelardo Lupion (PFL/PR), integrante da bancada ruralista. O relatório em questão criminaliza a luta dos camponeses, preserva a UDR e classifica a ocupação de terra improdutivo como "ato terrorista". O texto encontra-se na íntegra nos anexos deste relatório.

## Debate. Dia 03 de dezembro.

A lógica deste debate consistiu na formulação de questões que foram destinadas ao conjunto dos palestrantes do período da manhã do dia 02 de dezembro. Como algumas destas questões exigiam a **Resposta** de todos os participantes apresento inicialmente as questões, seguido das respectivas **Respostas** e eventuais comentários e/ou observações de outros participantes.

Perguntas:

- 1) Por que o preço da soja caiu?
- 2) A legalidade da expansão da soja (...) como está se pensando uma ação no Mato Grosso? Nós temos meios legais (...) o que falta para requerer do Ministério Público? Se formos pela parte legal tem muita coisa para fazer (...) a gente vendo é uma tristeza (...)
- 3) Já respondendo ao Paulinho, o preço da soja caiu devido a uma seca que ocorreu nos EUA. Nessa época o preço subiu, mas tempos depois o preço de mercado se regularizou dando a impressão de queda. Como evitar / frear a migração? Quanto a soja gera de empregos (direta e indiretamente)? Cão se dá a comercialização da soja em sua região? Quais empresas atuam na região? Que tipo de associações existem? Qual a estratégia para conter a queda da produção de alimentos? De onde vem a comida desses locais?
- 4) Quando iniciou a expansão da soja no Mato Grosso como foi a reação dos trabalhadores? Como construir uma proposta para a agricultura familiar que vê sua produção em queda? Como está a luta no maranhão? Como os trabalhadores estão organizados para o enfrentamento?

## **Respostas:**

**Vicente:** A lógica do Mercado é a da oferta e procura. O preço da saca chegou a ser vendido a R\$50,00 e hoje é R\$ 20,00. Quanto maior a oferta, menor será o preço. É por isso inclusive que existe campanha para o povo brasileiro consumir soja.

Em relação à legislação, ela é descumprida. É necessário fortalecer os movimentos sociais para impulsionar essas lutas. No Mato Grosso o movimento é despolitizado, nós não temos um movimento sindical organizado contra a soja. O que se observa é que o MST e outras frentes de trabalhadores rurais organizadas têm uma visão mais crítica.

O preço da terra no Pará só não é maior porque ainda existe muita terra para se avançar no mato Grosso. Nós temos, porém uma parte de investidores mais agressivos que vem para cá, pois a produção próxima ao porto de Santarém é mais econômica.

Nós queremos que o asfaltamento da BR 163 seja uma peça dos movimentos sociais, por outro lado, os grandes produtores pensam em uma cerca com asfalto no meio.

A comercialização da soja no mato grosso é meio autônoma, não depende do governo. O governo poderia não investir, mas não representaria muita diferença, pois empresas como a Bunge, ADN, Monsanto, Cargill e Maggi fariam esse investimento sem problemas.

Hoje a produção de feijão caiu 40% a de mandioca 95% é uma queda muito significativa. Devido ao uso de herbicidas existe o apodrecimento de raízes.

A reação dos movimentos sociais... A primeira coisa que foi feita em Sorriso foi plantar soja. Sorriso tinha apenas uma área indígena, que sofreu um impacto muito forte com a chegada da soja, mas lá não havia população de pequenos agricultores. Dessa forma não houve desestruturação nesse setor.

No atual momento sim, ela está indo pro leste e sudeste, onde a FASE trabalha.

A família Maggi comprou 40 milhões. Está impactando, está gerando problemas sociais. Não tem MST na região.

No município de Querência 40 % é de grupos são internacionais. Há uma tendência a internacionalização da produção da soja.

Falou de uma reunião nos Estados Unidos dos sojicultores americanos. Eles sabem num futuro muito próximo vão perder a concorrência mundial do mercado da soja para o Brasil, só o Mato Grosso tem uma média de 65 sacas por hectare. A única chance dos norte americanos para não perder essa concorrência é deslocar seus produtores para o Brasil. O investimento para se comprar um hectare de terra no Brasil é em média U\$ 550,00, já nos EUA esse valor sobe para U\$ 6.000,00. (...) o Gilnei já disse que até 1995 não havia produção internacionalizada (...) agora a novidade é a vinda desse pessoal para produzir soja em nossas terras.

O mato grosso tem uma lei de isenção do ICMS da importação de agrotóxico. Nossa preocupação é acabar com essa isenção e sobretaxar, e com o valor arrecado criar um Fundo de Desenvolvimento Sustentável.

**Vânia:** R\$ 2.000,00, R\$3.000,00 o valor da terra. Os dados oficiais sobre empregos não são disponíveis, mas dá para se fazer uma estimativa e tentar fazer esse cálculo.

Comercialização. A Cargill oferece um pacote e fornece o agrotóxico para os produtores de soja. Não sei o nome, ninguém sabe dizer o nome certo do agrotóxico utilizado aqui em Santarém!

A gente sabe que tem uma associação de sojeiros.

A gente viu maquinário trabalhando para soja na Santarém – Cuiabá.

Ta havendo uma queda nos produtos da agricultura familiar (...) corre o risco da agricultura familiar desaparecer em poucos anos (...) muita gente produz no escuro, sem mercado.

A agricultura familiar não tem apoio como os sojeiros. A agricultura familiar tem riscos e sua produção é super desvalorizada. Por isso temos que realizar trabalhos orientados para a valorização do Agricultura Familiar.

**Nair:** Emprego. Não se verifica a existência de empregos indiretos, tiveram alguns empregos sazonais (...) a região é imensamente povoada. (...) o Baixo Parnaíba é totalmente povoado (...) não existe espaço que não seja povoado

O modelo da agricultura familiar maranhense é corte e queima (...) hoje esse modelo não existe e a produção tende a cair. Tem uma unidade da Bunge instalada em São Luiz (...) eles tem uma associação (...) o governo do estado apóia totalmente (...) só para se ter uma idéia, tem um instituto do agronegócio instalado dentro da Secretaria de Agricultura. A EMBRAPA apóia o agronegócio.

A Roseana Sarney desestruturou a EMATER (...) Faz um jogo: de um lado ela apóia o agronegócio e do outro diz apoiar a agricultura familiar. Com relação ao pólo siderúrgico tivemos uma derrota. Os vereadores mudaram a lei de zoneamento e já conseguiram um local para instalação das fábricas. (...) o discurso de gerar empregos sudez a população da Ilha de São Luiz. O movimento sindical não faz embate (...) as pessoas da frente dos movimentos não querem o enfrentamento.

Ainda tem 1 milhão de hectares para ser explorado (...) eles vão pagar multa para o IBAMA sem problemas.

**Paulo:**

O Projeto Formosa prevê a distribuição de terras para médios e grandes produtores

Quando chegou a soja, surgiram as cooperativas que faziam empréstimos e usavam parcela desses recursos para interesses próprios, não investiam tudo na produção. Uma cooperativa falia e abria outra. Falia novamente. Assim iam gastando o dinheiro público.

O governo do estado tem um programa que chama “Arrenda Tocantins”. É terra grilada pelo próprio Estado.

No caso da APA, o valor das terras era calculado em torno de R\$2.000,00 o hectare. No entorno o preço era R\$ 6.000,00. A idéia era comprar as terras a R\$ 2.000,00 e vendê-las a R\$ 6.000,00. Felizmente conseguimos nos organizar, fazer pressão e com a nossa luta barráramos esse plano.

Comercialização: A Bunge está no Estado e assume boa parte da comercialização.

Não existe uma agricultura familiar tão forte como aqui e por isso, 80% dos alimentos vem de fora.

A maioria dos projetos do governo são favoráveis ao agronegócio (...) tem uma licitação da ANA (Agência Nacional de Águas) que prevê a criação de 88 hidrelétricas de médio e grande porte (...) existe também projetos para se construir as hidrovias Tocantins e Araguaia. Tem também um projeto absurdo de transpor as águas do Tocantins para o Rio São Francisco.

Associações: MST, CPT, CIMI, MAB (...) FAOR... O observatório da cidadania realiza estudos sobre os impactos dos grandes projetos na vida das mulheres e população indígena.

A nossa principal bandeira de luta é contra os grandes projetos e pelo fim dos financiamentos públicos para a expansão da soja.

A APA Cantão foi uma vitória. Conseguimos o apoio da universidade e fizemos uma aliança como o movimento estudantil.

O orçamento do Estado destina apenas 2,3% para a agroecologia e 40% para investimentos em infraestrutura (para os grandes) (...) o Instituto de Terras do Estado não regulariza as terras da agricultura familiar, só as grandes fazendas (...) a estratégia do governo é apoiada por acordos internacionais (...) a EMBRAPA de Brasília é bem equipada para pesquisar soja financiada pelo Japão. (...) A MASTERPLAN banca um plano para assegurar a expansão da soja.

Após o debate foi feita uma distribuição das lideranças ali presentes que se organizaram em quatro grupos para responder as seguintes questões:

1) - O que estamos fazendo para conter a expansão da soja?

2) - O que podemos fazer juntos para conter a expansão da soja?

Também foi sugerida a escolha de um (a) coordenador (a) e um (a) relator (a) e no dia seguinte as respostas seriam apresentadas pelos grupos.

## Dia 04 de dezembro

As respostas apresentadas pelos quatro grupos foram as seguintes:

Grupo 1: Assunta, Sebastião, Antonio, Everaldo, Miguel, Ana Maria.

**Primeira questão:** O que estamos fazendo para conter a expansão da soja?

**Respostas:**

- ✚ Discutido sobre a problemática nas assembleias e seminários;
- ✚ Promovido campanhas direcionadas a não venda da terra;
- ✚ Participado nos debates, nas conferências, audiências e seminários sobre a expansão da soja;
- ✚ Encaminhado denúncias sobre grilagem e crimes ambientais;
- ✚ Participado de lutas por regularização de terras;
- ✚ Participado nos estudos e ações da frente.

Segunda questão: O que podemos fazer juntos para conter a expansão da soja?

**Respostas:**

- ✚ Promover seminários nos municípios sobre problemas causados pela soja;
- ✚ Nos municípios onde já têm soja realizar seminários nas micro-regiões;
- ✚ Continuar a campanha de permanência na terra;
- ✚ Trabalhar a criação de assentamentos coletivos;
- ✚ Utilizar os meios de comunicação nas campanhas de mobilização para contenção da expansão da soja;
- ✚ Fazer a socialização de materiais adquiridos nos eventos;
- ✚ Reproduzir materiais para os eventos;
- ✚ Fazer atos públicos;
- ✚ Criar grupos de estudos com as entidades nos municípios;
- ✚ Discutir a criação de cooperativas de agricultores familiares nos pólos produtivos dos municípios.

Grupo 2: Clarice Silva, Edilson Albarado, Raimundo Mesquita, Josinéia, Geraldo, Matheus, Vicente, Nair, Venilson, Raimundo Silva.

**Primeira questão:** O que estamos fazendo para conter a expansão da soja?

**Respostas:**

- ✚ STTR Santarém e Belterra: campanhas de conscientização para que os agricultores não vendam suas terra e permanecem no local;
- ✚ FDA: Monitorando as ações no Ministério Público contra a Cargill e acompanhando os casos que envolvam a problemática municipal, descentralizando as informações levando as comunidades sobre prováveis alternativas diante dessa questão; 2006 – Fortalecer a articulação. Pesquisa sobre o avanço da soja (CPT – Cáritas)
- ✚ Almerim: Fazem reuniões nas comunidades;
- ✚ Terra Santa: Se mobilizam através de formação sobre sojeiros e madeireiros dentro do Conselho Consultivo da Floresta;
- ✚ Maranhão: Articulação em torno do Fórum; acompanhamento das ações junto ao Ministério Público; fazendo levantamento sobre o que essa violação traz junto aos direitos humanos, alimentação, meio ambiente; relatório para provocar e esclarecer a opinião pública; e pressionar as autoridades estaduais, federais.
- ✚ Mato Grosso: o que é, quem produz, quais os impactos que será. Participação nos debates em torno desta questão da qual mostra dependência do Estado; monitorando a questão da mudança de legislação ambiental; promovendo campanha para a agricultura sustentável.

- ✚ CEFT-BAM: Movimentos sociais tem conseguido denunciar; campanhas em prol da terra; 16 entidades promoveram uma feira da produção familiar para resgatar a cultura; contrapondo a imposição de cultura; mostrando a importância da agricultura familiar; resgatando identidade.
- ✚ Almerim: campanhas para madeireiros venderem suas terras. As entidades se reúnem com os madeireiros e empresários para discutirem essa questão.

Segunda questão: O que podemos fazer juntos para conter a expansão da soja?

**Respostas:**

**CEFT-BAM:**

- ✚ Continuar a campanha para não venderem as terras;
- ✚ Divulgação em massa com materiais em forma de estimular as campanhas de assentamentos coletivos (PDS);
- ✚ Alternativa para agricultura familiar;
- ✚ Aproximação com os poderes públicos para discutir uma política para os pequenos agricultores;
- ✚ Continuar as denúncias nas rádios comunitárias em vários municípios.

**STTR – Santarém:**

- ✚ Os sindicatos tem que começar uma discussão sobre geração de renda com produtos diversificados, pois se procura e não tem;
- ✚ Almerim: dar continuidade a campanha de conscientização dos agricultores nas comunidades;
- ✚ Trabalhar para que exista o combate ao avanço;

**Belterra:**

- ✚ Interiorização das campanhas nas comunidades;
- ✚ Conscientizar a população de renda familiar;
- ✚ Criação de associações para reivindicar junto aos governos, recursos para melhoria das comunidades;
- ✚ Fortalecimentos das associações já existentes.

**Terra Santa:**

- ✚ Aproveitar para utilizar todos os espaços existentes para conscientizar e convencer os moradores locais sobre os impactos que o cultivo da soja causa.

**FASE:**

- ✚ Pressionar os governos federal e estaduais;
- ✚ Trabalhos em conjunto com o FAOR com uma declaração parindo deste seminário, visto que a política atual do governo é contrária aos interesses da população;
- ✚ Não podemos nos manter dividido, temos que trabalhar para fortalecer os STTR's;
- ✚ Articular com o FAOR para divulgar as injustiças ambientais que está sendo realizada com a presença da soja na Amazônia.

**FDA:**

- ✚ 2006. Descentralizar as mobilizações para outras regiões;
- ✚ Participação das comunidades ou municípios com estratégias e alternativas de resistência.

**Mato Grosso:**

- ✚ Mais pesquisas sobre a nossa economia invisível e os impactos invisíveis no agronegócio;
- ✚ Estudo de viabilidade de iniciativa familiar;
- ✚ Aderir à campanha Soja Zero na Amazônia.

Grupo 3: Fátima, Zequinha, José Costa, Edmilson, Luciene, Paulo (TO), Francisco.

Primeira questão: O que estamos fazendo para conter a expansão da soja?

**Respostas:**

- ✚ Campanha de permanência na terra realizada pelo STTR de Santarém desde outubro de 2002, e nos demais municípios através de reuniões;

- ✚ Criação de assentamentos coletivos como forma de conter o avanço na região;
- ✚ Ação de massa (FDA, Greenpeace);
- ✚ Elaboração do plano de desenvolvimento da BR 163 de forma participativa.

Segunda questão: O que podemos fazer juntos para conter a expansão da soja?

**Respostas:**

- ✚ Elaborar materiais: panfletos, cartilhas, vídeos, vinhetas para rádios comunitárias e comerciais. (FASE, IPAM, GREENPEACE, GTA, CEFT-BAM, FDA e etc.);
- ✚ Campanha de conscientização nos municípios;
- ✚ Realização de ações de massa nos municípios.

Grupo 4: Ivan, Auricélia, Pedrinho, Socorro, Eduardo, Sandra.

Primeira questão: O que estamos fazendo para conter a expansão da soja?

**Respostas:**

- ✚ Campanha de conscientização para permanência na terra;
- ✚ Notas de repúdio sobre grilagem nos meios de comunicação;
- ✚ Denúncias contra a grilagem e trabalho escravo;
- ✚ Criação de assentamentos coletivos.

Segunda questão: O que podemos fazer juntos para conter a expansão da soja?

**Respostas:**

- ✚ Campanha de sensibilização, “Não Abra mão de sua terra” (usando os meios de comunicação);
- ✚ Exigir dos órgãos competentes que agilizem os processos de regularização fundiária;
- ✚ Convocar audiências públicas ou seminários nos municípios para divulgação dos impactos ambientais, causados pelo agronegócio.

Após a leitura das respostas das questões os participantes do seminário ainda apresentaram algumas contribuições finais. Tatiana reforça o compromisso e o papel do Greenpeace. Nesse sentido existe a possibilidade de realizar denúncias em nível internacional. Greenpeace também pode desenvolver materiais de divulgação e pode ajudar na orientação das vias legais de atuação. Ainda é necessário concluir as pesquisas de análise da expansão da soja e assim poder mostrar aos agricultores os impactos que geram para a população em geral.

Para o Vicente a situação no Pará é um pouco diferente do Mato Grosso, lá não podemos dizer que somos contra a soja. A área total de soja produzida aqui no Pará é menor do que um produtor do Mato Grosso. Eles dizem que no Pará tem povo da floresta e que a cultura mato-grossense é a cultura do sul. Temos que melhorar a condição de vida do povo da floresta. Falta concluir os estudos para demonstrar os impactos sociais e ambientais causados pela soja. O que vamos perder se a soja entrar? Aqui gostam de farinha, né? Olha, no Mato Grosso, 95% da área de mandioca se perdeu. Temos que realizar pesquisas que demonstrem o quanto nós geramos de riqueza.

Imbiriba relembra a questão do ordenamento fundiário das nossas terras. Até hoje não se sabe quais são as terras do ITERPA e do INCRA. Ainda não temos a soja na área de várzea, onde é mais fácil para se fazer colheita. Apresentou as seguintes propostas:

- ✚ No INCRA os projetos de assentamentos devem ser demarcados, consolidados, permitindo acesso dos sojeiros;
- ✚ As reservas extrativistas têm que ser reconhecida pelo INCRA com recursos;
- ✚ Temos que trabalhar para garantir a infra-estrutura nos assentamentos;
- ✚ Regularizar terras na BR 163;
- ✚ Elaborar programa de capacitação de lideranças para trabalhar com suas bases (agricultores familiares);

A FETAGRI está sempre aí para cobrar mais agilidade, conclui.



Paulinho enfatizou que os problemas observados com a monocultura no Estado de São Paulo não são diferentes do que observa atualmente na Amazônia. A história se repete. Os trabalhadores não possuem consciência de classe e isso emperra as mobilizações. O inimigo real não é apenas o sojeiro, às vezes nosso próprio companheiro faz coisas que refletem mais os valores da burguesia do que os valores dos trabalhadores.

De acordo com Edson em Santarém existem 148 comunidades ligadas a Associação de Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN) que são responsáveis pelo abastecimento de 81% de alimentos no município. Ele defende que o uso da mecanização na pequena agricultura representaria um ganho nesse percentual, mas em Santarém não existe infra-estrutura necessária para a comercialização permanente. Essa falta de estrutura facilita a entrada da soja. Conseguimos direcionar a produção de abacaxi para evitar o aumento da derrubada da mata (prática comum da região). Aumentamos a produção, mas como não havia estudos sobre o escoamento e comercialização tivemos um excedente de produção que gerou perdas em torno de 30 a 40% da produção. Não existe em Santarém levantamento sobre a diversidade dos produtos (o que se produz, quanto se produz, onde vende, etc.)

De acordo com o Manoel Edivaldo, o deputado Antonio Rocha se utiliza do nome do INCRA para distorcer informações na Gleba Lago Grande para se beneficiar com a recente criação do Assentamento Agroextrativista.

Matheus acredita que temos que ampliar a Campanha: “Na floresta têm direitos. Justiça ambiental na Amazônia”. Ele também falou da importância de divulgar o Mapa dos conflitos ambientais e desenvolver consciência da Amazônia (pertencemos à Amazônia) e de reforçar as propostas municipais fazendo ligações regionais. Segundo Matheus, o GTA já optou pelo não a soja na Amazônia. ele defende a necessidade de pressionar os governos.

O empresário é grande, não é burro! Tem poder! Nós já tivemos companheiros que foram assassinados porque nos dividimos naquele momento. Os sojeiros têm a sua estratégia, temos que criar a nossa também. Uma sugestão é a divulgação das nossas propostas e problemas em nível nacional. O Sérgio, lá no Rio de Janeiro, pode ajudar a fazer articulações internacionais.

É extremamente importante unir as forças das entidades em defesa da produção familiar na Amazônia. Isso não é brincadeira. É uma Guerra. Temos que buscar alianças. Onde estão os representantes dos quilombolas? Por que não vieram? Foram convidados! Onde está a CPT? Também convidamos.

Temos que sistematizar as propostas deste seminário e enviar para todos. Isso vai exigir mobilização. O Paulinho falou sobre consciência de classe. Isso é importante! Temos que planejar bem as nossas ações. Temos que envolver outros setores. Temos que nos valer de todos os meios de comunicação (rádios comunitárias e quaisquer outros instrumentos de informação disponíveis e acessíveis) e gerar a produção de materiais didáticos e ampliar essas discussões em nível internacional. Também é preciso verificar os pontos locais onde podem convergir as denúncias permanentemente.

Paulo do Tocantins disse que temos que ser mais agressivos contra o capitalismo. Aqui em Santarém temos que discutir com a prefeita a questão da soja, em nível nacional é preciso pressionar o Governo Federal e também saber qual é a verdadeira posição da CONTAG e cobrar posicionamentos concretos.

Nair disse que os representantes dos governos votam a favor dos interesses econômicos dos grandes grupos. Sugere que é preciso constranger o Governo Federal e o agronegócio e gerar mais oportunidades para a agricultura familiar.

Deurival disse que até hoje não conseguimos impedir os madeireiros. Não se convence que apenas a conscientização vai gerar mudanças no comportamento do pequeno agricultor, pois acredita que é de extrema importância oferecer condições de renda para essas famílias. Sem isso não há mudanças. A venda de lotes é um problema.

Ivan de Itaituba disse que os trabalhadores continuam na miséria, sem assistência técnica ou qualquer apoio e assim a produção familiar cai a cada dia que passa. É necessário elaborar ações concretas para as nossas organizações de base encamparem.

Edílson sugere a realização de seminários nos municípios para tratar o tema da legislação ambiental com os órgãos competentes, também é preciso exigir do Estado a participação da SECTAM dos municípios para realizar a fiscalização das licenças ambientais. Propõe a realização de pesquisas orientadas para o uso racional dos recursos naturais. Os órgãos competentes devem realizar cadastros de licenciamentos ambientais das propriedades para cobrar um estudo sobre os impactos ambientais da sojicultura. Temos que usar a legislação a nosso favor. Defende a ampliação de unidades de conservação e realização de trabalhos permanentes de educação ambiental e por fim reforça a importância da socialização dos materiais produzidos.

Sergio lembrou do exemplo de índios mortos pela polícia paraguaia. Ele reconhece a importância de interligar o movimento, mas sugere que este deve começar do local. É necessário fazer um ordenamento territorial e mostrar que existe uma agricultura familiar precisando de apoio. Internacionalmente a Amazônia é um símbolo de preservação da natureza, mas acredita-se que aqui não existem pessoas morando nessas áreas. O modelo ideal do conservacionismo internacional é o de proteção integral<sup>5</sup>.

Gilmar afirmou que estamos pegando numa ponta só da linha (sojeiros) é necessário intervir nos dois lados da questão. Aqui em Santarém já está começando a faltar farinha.

O Edson afirmou que em Santarém se formam 10.028 estudantes em por ano. Nesse sentido sugere que temos que brigar por assistência estudantil. Falta alojamento e transporte, por exemplo. A UES tem uma luta para que se construa a casa dos estudantes em Santarém. O grande entrave que observamos é a falta de conhecimento. Quanto mais tempo levar para esses alunos se formarem, mais tempo vai demorar para as informações chegarem até às comunidades.

Venilson defende a necessidade de se criar uma Comissão e avalia quantas pessoas devem participar e quais serão as entidades articuladoras. O trabalho de base tem que se fortalecer. É necessário juntar as forças (CEFT-BAM, STTR's, FETAGRI, FASE, GTA, FDA, Movimento de Mulheres, Quilombolas e etc.) e o primeiro passo é planejar e desencadear a campanha "Na floresta têm direitos: Justiça Ambiental na Amazônia" em todos os níveis: local, regional, estadual, na Amazônia, no Brasil e internacionalmente.

Após as observações e sugestões finais foi criada uma Comissão para coordenar as primeiras ações:

Entidade	Nome
GCI-Santarém.	Miguel Correa
UES – Santarém	Mike / Edson
STTR – Santarém	Manoel Edivaldo
CEFT-BAM	Venilson
FASE	Letícia
FAOR	Imbiriba
FDA	Patrícia
GTA	Maria Assunta
Greenpeace	Edson
Instituto Manancial	Atilano

<sup>5</sup> **Proteção integral:** manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais (Sistema Nacional de Unidades de Conservação, 2000.)

IPAM	Socorro
FETAGRI regional	Clodoaldo
Pastoral social	Lucinene

Também foram criadas Comissões Municipais:

<b>Município</b>	<b>Nome do responsável</b>
Curuá	Pedrinho
Terra Santa	Geraldo
Faro	Everaldo
Alenquer	Francisco
Belterra	Auricélia
Monte Alegre	José da Costa
Juruti	Fátima
Itaituba	Ivan
Pacajá	Deurival
Santarém	Manoel Edivaldo

## **Avaliação final**

Matheus lembrou que o vídeo apresentado deve sofrer modificações, mas as entidades que solicitaram devem receber um exemplar, mas com a condição de socializá-lo, sempre que possível, com outras entidades.

José Costa considerou o seminário muito importante. As discussões deixaram para os participantes muitas responsabilidades. Também gostou da participação de pessoas dos outros Estados.

Maria do Socorro acredita que a divulgação dos problemas discutidos no seminário é fundamental.

Alguém comentou que a oportunidade de ouvir os depoimentos foi muito boa, pois identificou semelhanças entre as várias regiões, apesar de haver estágios diferenciados no avanço da soja. Gostou da parceria dos amigos os quais chamou de soldados gladiadores.

Atilano disse que esse seminário foi um divisor de águas, pois buscou a unificação dos pensamentos e discorda da prática de ações isoladas. Segundo ele, esse seminário marcou a história dos movimentos sociais.

## **Encaminhamentos**

1) Reunião da Comissão no dia 21 de dezembro de 2005, às 08:00 horas, no STTR de Santarém.

## Anexo I

LISTA DE PRESENÇA DO SEMINÁRIO OBRE A EXPANSÃO DA SOJA NO BAIXO AMAZONAS REALIZADO NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2005, NO CENTRO DE FORMAÇÃO FRANCISCO ROQUE – Santarém – PA.

NOME	ENTIDADE	MUNICIPIO	CONTATO
1. Matheus Otterloo	FASE AMAZÔNIA	BELÉM	matheus@fase-pa.org.br
2. Antonio Oliveira de Andrade	FEAGLE	Santarém	35241845
3. André Muggiati	Greenpeace	Manaus	92 8114-4463
4. Francisco Gomes Nascimento	STTR	Alenquer	
5. Pedro Cosme Repolho de Alcantara	STTR	Curuá	
6. Manoel Edivaldo Santos Matos	STTR	Santarém	3524-6537
7. Everaldo Raimundo Vidal Pinto	STTR	Faro	93 3557-1219 // 1263
8. Paulo Rogério Gonçalves	APA-TO	Palmas TO	63 3216-1399
9. Maria do Socorro P. de Jesus	STTR	Santarém	
10. Edmilson Conceição Nascimento	STTR	Santarém	3524-3859
11. Sandra Maria Silva de Souza	STTR	Monte Alegre	93 – 3533-1374 // 2977
12. Ladilson Amaral	STTR	Santarém	3524-1845
13. Eduardo Moraes Santos	STTR	Belterra	
14. Miguel dos Santos Correa	GCI	Santarém	3523-0359
15. Clarice Silva	Monitora/Proteger	Santarém	9654-3994
16. Olina Patrícia dos S. Caetano	FDA	Santarém	patricia-stm@ig.com.br
17. Lailson Lima da Costa	ACOSPER	Santarém	lailsonflu@yahoo.com.br
18. Gilson Rego	FDA	Santarém	regogilson@yahoo.com.br
19. Luiz Ivan de Oliveira	STR	Itaituba	3518-2862
20. José Pimentel Santos Filho	STTR	Juruti	3536-1130
21. Claudiomar Carvalho Sales	STTR	Monte Alegre	93- 3533-1374
22. Manoel Embiriba Sarmiento	FETAGRI/FAOR	Belém	91 8149-7902
23. Josineia Silva da Gama	STTR	Almerim	93-3737-1158
24. Tatiana de Carvalho	GREENPEACE	Manaus	tcarva@hotmail.com
25. Eder Clay Araújo	Instituto Manacial	Santarém	edermanacialstm@yahoo.com.br
26. Maria de Nazaré Cardoso Marques	Proteger – CITA	Santarém	
27. Maria Assunta Colares Rocha	GTA/BAM	Santarém	assunta560@yahoo.com.br 93 - 3529-2256
28. Atilano de Souza Valente	Instituto Manacial	Santarém	9128-6027 atilanovalente@bol.com.br
29. Fátima de Melo Lira	STTR	Juruti	93 3536-1130
30. Ana Pereira Colares	GTA/BAM	Santarém	apcolares@yahoo.com.br 9654 – 7309 // 3529-2256

31. José da Costa Alves	STTR	Monte Alegre	93 9658-2595 zecosta13@bol.com.br
32. Nair Martins Barbosa	SMDH	São Luiz	98 3231-1601 // 1897 <a href="mailto:smdh@terra.com.br">smdh@terra.com.br</a>
33. Raimundo do	STTR	Belterra	
34. Francisca Auricélia Nunes da Costa	STTR	Belterra	93 3558-1378
35. Ana Maria Nunes da Costa	STTR	Belterra	
36. Patrick PIRO	Jornalista	França	
37. Venilson José Oliveira da Silva	CEFT-BAM	Monte Alegre	venilsont@bol.com.br
38. Raimundo de Lima Mesquita	STTR	Santarém	3524-1845
39. Vicente José Puhl	FASE-MT	Cáceres	65- 3223-4615
40. Edílson da Costa Albarado	AMBSJO	Santarém	edalbarado@yahoo.com.br
41. Maria Luciene Santos Sardinha	Pastoral Social	Santarém	3522-1777 // 3523-8950
42. Vânia de Carvalho	FASE	Belém	91 4005-3773
43. Sergio Schelesinger	FASE	Rio	21 2242 – 2149
44. Paulo Jasiel Castigio Varalda	Relatório	Santarém	pjasiel@yahoo.com.br 81 14-2235

LISTA DE PRESENÇA DO SEMINÁRIO OBRE A EXPANSÃO DA SOJA NO BAIXO AMAZONAS REALIZADO NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2005, NO CENTRO DE FORMAÇÃO FRANCISCO ROQUE – Santarém – PA.

NOME	ENTIDADE	MUNICIPIO	CONTATO
1. Vânia de Carvalho	FASE	Belém	91 4005-3773
2. Socorro Pena	IPAM	Santarém	93 9653-3867
3. Vicente José Puhl	FASE/MT	Cáceres	65 – 3223-4615
4. Matheus Otterlou	FASE Amazônia	Belém	91 4005-3772
5. Antonio Oliveira de Andrade	FEAGLE	Santarém	3524-1845
6. Francisco Gomes Nascimento	STTR	Alenquer	
7. Geraldo Ferreira da Silva	STTR	Terra Santa	93 3538-1594 – 3538-1372
8. Everaldo Raimundo Vidal Pinto	STTR	Faro	3557-1219 // 1263
9. José Sebastião Paixão da Costa	STTR	Santarém	
10. Maria do Socorro Pereira de Jesus	STTR	Santarém	
11. Edimilson Conceição Nascimento	STTR	Santarém	93 3524-3859
12. Nair Martins Barbosa	SDMH	São Luiz	98 3231-1601 / 1897 nairflor@yahoo.com.br
13. Tatiana de Carvalho	Greenpeace	Manaus	tcarva@hotmail.com
14. Raimundo da Silva	STTR-B	Belterra	93 3558-1378
15. Miguel dos Santos Correa	GCI	Santarém	93 3523-0359
16. Eduardo Morais Santos	STTR	Belterra	3558 1378
17. Sandra Maria Silva de Sousa	STTR	Monte Alegre	3533-1374 / 3553-2977
18. José Pimentel Santos Filho	STR	Juruti	3536-1130
19. Claudionor Carvalho Sales	STTR	Monte Alegre	3533-1374
20. Venilson José Taveira da Silva	CEFT-BAM	Monte Alegre	venilsont@bol.com.br 9651-7843
21. Luis Ivan Alves de Oliveira	STR	Itaituba	93 3518-1962 9182-4766
22. Maria Luciene Santos Sardinha	Pastoral Social	Santarém	3522-1777
23. Rosinete Ferreira da Silva	GDA	Santarém	9122-3808
24. Francisca Auricélia Nunes da Costa	STTR-B	Belterra	
25. Ana Maria Nunes da Costa	STTR-B	Belterra	
26. Paulo Rogério Gonçalves	APA-TO	Palmas-TO	
27. José da Costa Alves	STTR	Monte Alegre	93 9658-2595 zecosta13@bol.com.br
28. Fátima de Melo Lira	STTR	Juruti	93 3536-1130
29. Clarice da Silva	Proteger	Santarém	9654-3994
30. Maria de Nazaré Cardoso Marques	Proteger C.I.T.A.	Santarém	
31. Manoel Edvaldo Santos Matos	STTR	Santarém	3524-1845
32. Edílson da Costa Albarado	AMBSJO	Santarém	edalbarado@yahoo.com.br
33. Gilson Rego	FDA	Santarém	
34. Pedro Cosme Repolho de Alcântara	STTR	Curua	

35. Raimundo de Lima Mesquita	STTR	Santarém	3524-1845
36. Deurival Xavier Santiago	STTR	Pacajá	9148-7352
37. Maria Assunta Colares Rocha	GTA/BAM	Santarém	assunta560@yahoo.com.br 3529-2256
38. Sebastião Pereira Costa	STTR	Santarém	8112-4801
39. Ladilson Amaral	STTR	Santarém	3524-1845
40. Laison Lima Costa	ACOSPER	Santarém	laisonflu@yahoo.com.br 3524-1244 / 2010 / 91221467
41. Josinéia Silva da Gama	STTR	Almerim	3737-1158
42. Sergio Schlesinger	FASE	Rio de Janeiro	21 2242-2149
43. Paulo Jasiel Castigio Varalda	Relatório	Santarém	pjasiel@yahoo.com.br 8114-2235

LISTA DE PRESENÇA DO SEMINÁRIO OBRE A EXPANSÃO DA SOJA NO BAIXO AMAZONAS REALIZADO NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2005, NO CENTRO DE FORMAÇÃO FRANCISCO ROQUE – Santarém – PA.

NOME	ENTIDADE	MUNICIPIO	CONTATO
1. Pedro Cosme Repolho de Alcântara	STTR	Curua	
2. Francisco Gomes Nascimento	STTR	Alenquer	
3. Geraldo Ferreira da Silva	STTR	Terra Santa	93 3538-1594 – 3538-1372
4. Everaldo Raimundo Vidal Pinto	STTR	Faro	3557-1219 // 1263
5. Paulo Rogério Gonçalves	APA-TO	Palmas-TO	63 – 3216-1899
6. Nair Martins Barbosa	SDMH	São Luiz	98 3231-1601 / 1897
7. Maria do Socorro Pereira de Jesus	STTR	Santarém	
8. Edimilson Conceição Nascimento	STTR	Santarém	93 3524-3859
9. José Sebastião Paixão da Costa	STTR	Santarém	
10. Ana Maria Nunes da Costa	STTR-B	Belterra	
11. Francisca Auricélia Nunes da Costa	STTR-B	Belterra	
12. José da Costa Alves	STTR	Monte Alegre	93 9658-2595 zecosta13@bol.com.br
13. Miguel dos Santos Correa	GCI	Santarém	93 3523-0359
14. Tatiana de Carvalho	Greenpeace	Manaus	tcarva@hotmail.com
15. Eduardo Morais Santos	STTR	Belterra	3558 1378
16. Josinéia Silva da Gama	STTR	Almerim	3737-1158
17. Sandra Maria Silva de Sousa	STTR	Monte Alegre	3533-1374 / 3553-2977
18. José Pimentel Santos Filho	STR	Jurutí	3536-1130
19. Manoel Imbiriba Sarmento	FETAGRI/FAOR	Belém	91 8149-7902
20. Claudionor Carvalho Sales	STTR	Monte Alegre	3533-1374
21. Deurival Xavier Santiago	STTR	Pacajá	9148-7352
22. Venilson José Taveira da Silva	CEFT-BAM	Monte Alegre	9651-7843
23. Luis Ivan Alves de Oliveira	STR	Itaituba	93 3518-1962
24. Edílson da Costa Albarado	AMBSJO	Santarém	edalbarado@yahoo.com.br
25. Edson Luiz Azevedo Moura	Instituto Manacial	Santarém	insmanacial_stm@yahoo.com.br
26. Atilano de Sousa Valente	Instituto Manacial	Santarém	insmanacial_stm@yahoo.com.br
27. Raimundo da Silva	STTR-B	Belterra	93 3558-1378
28. Clarice da Silva	Proteger	Santarém	9654-3994
29. Maria Luciene Santos Sardinha	Pastoral Social	Santarém	3522-1777
30. Manoel Edvaldo Santos Matos	STTR	Santarém	3524-1845
31. Antonio Oliveira de Andrade	FEAGLE	Santarém	3524-1845
32. Vicente José Puhl	FASE/MT	Cáceres	vcpfase@terra.com.br
33. Sergio Schlesinger	FASE	Rio de Janeiro	21 2242-2149
34. Paulo Jasiel Castigio Varalda	Relatório	Santarém	pjasiel@yahoo.com.br 8114-2235
35. Matheus Otterlou	FASE Amazônia	Belém	91 4005-3772



36. Vânia de Carvalho	FASE	Belém	91 4005-3773
-----------------------	------	-------	--------------

## Anexo II

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém  
Av. Cuiabá s/n-Bairro da Matinha – CEP.68.040-400- C.G.C 04.838.538/0001-20.  
Fone Fax: (93) 3524-1845 Santarém – Pará. E-mail: [str@netsan.com.br](mailto:str@netsan.com.br)  
Fundado em 04 de dezembro de 1973

### NOTA DE REPÚDIO

Depois de dois anos de investigação a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra chegou ao final com a aprovação de relatório alternativo elaborado pelo deputado federal Abelardo Lupion (PFL/PR), integrante da bancada ruralista. O parlamentar já foi presidente da UDR (União Democrática Ruralista).

O relator oficial da comissão, deputado federal João Alfredo (PSOL/CE), elaborou um relatório que faz um diagnóstico da questão agrária no Brasil e aponta a Reforma Agrária como solução para o quadro de violência. O documento também apresentava sugestões para que a Constituição Federal fosse cumprida e a terra democratizada.

A bancada ruralista, maioria na comissão, reagiu ao relatório de João Alfredo e aprovou texto alternativo, que criminaliza a luta dos camponeses, preserva a UDR e classifica a ocupação de terra improdutiva como “ato terrorista”.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, vem por meio desta nota, expor sua indignação frente a atuação da maioria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra que, cumprindo os objetivos da UDR (União Democrática Ruralista) e seus aliados, atuou desvirtuando o objetivo da mesma, em traçar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de Reforma Agrária e urbana e propor soluções para os problemas encontrados.

O Deputado Abelardo Lupion (PFL/PR), conhecido parlamentar vinculado à UDR e que responde a inquérito do Supremo Tribunal Federal (STF) pela prática de caixa 2 em campanha eleitoral, expressou a visão distorcida do latifúndio atrasado de nosso país, que ignora a situação de exclusão social das mais de 4 milhões de famílias Sem Terra no Brasil. Silencia sobre o fato incontestável de que nos últimos três anos foram libertados cerca de 12.500 trabalhadores encontrados em situação de escravidão em mais de 400 fazendas; silencia com o número assustador de 1.500 trabalhadores mortos nos últimos 20 anos; sobre as milícias de pistoleiros de fazendeiros; sobre a concentração de terra; sobre a grilagem de terra; sobre os desvios de recursos públicos da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia).

A parcialidade se expressa na análise que faz dos repasses de recursos públicos á diversas entidades, pois impossível não notar que as três entidades apoiadoras da Reforma Agrária investigadas na CPMI, receberam em dez anos 4% do que receberam as entidades patronais, defendidas pela bancada ruralista. As patronais somam R\$ 1,51 bilhão.

A disputa ocorrida na CPMI da Terra expressa o embate ideológico entre os latifundiários e as famílias Sem Terra que lutam por uma vida digna no campo. A maioria dessas grandes áreas, como já apresentado, é improdutiva, algumas utiliza mão-de-obra escrava e desrespeita o meio ambiente, características que determinam o uso da mesma área para fins de reforma agrária, conforme garante a nossa Constituição.

Dados do INCRA informam que 51,4% dos imóveis classificados como grande propriedade é improdutivo, ou seja, mais de 133 milhões de ha. de terras não atendem às exigências de produtividade e poderiam ser desapropriados para fim de reforma agrária. E revela-se ainda que, 1,6% dos proprietários com imóveis acima de mil hectares possuem 46,8% da área total existente no país.

Após realizar 43 viagens a nove estados brasileiros, ouvir 125 depoimentos e analisar cerca de 75 mil documentos, foi constatado uma enorme concentração fundiária, grilagem de terras, violência no campo e a utilização de trabalho escravo, algumas soluções para esses problemas no campo são apontadas.

A Câmara dos Deputados, que deveria ser a representação do povo brasileiro, demonstra mais uma vez que continua sendo instrumento de defesa dos nossos poderosos de nosso país, que resistem á realização da Reforma Agrária.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, repudia as posições apresentadas no relatório aprovado e reafirma seu compromisso de continuar sua luta para que as famílias Sem Terra tenha acesso à Reforma Agrária pois ato de terrorismo e crime hediondo é a violência no campo, é a concentração de milhões de hectares de terras improdutivas nas mãos de poucos, enquanto milhões de trabalhadores não tem um pedaço de terra para trabalhar, esperamos que a democracia prevaleça e esse ato hediondo seja revertido.

Nossa Força é a nossa União.

Raimundo Mesquita  
Vice-Presidente

## Anexo III

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pacajá

Filiado à CUT, FETAGRI e FVPP

Rua: Inês Soares, s/n – centro – Pacajá – PA

CEP: 68485-000 CNPJ: 34817866/0001-01

Procuradoria da República do município de Santarém – Protocolo – registrado sob o número 2005.0022.95 em 29 de novembro de 2005 às 15:08h.

Relatório

O Secretário do Sindicato dos trabalhadores rurais de Pacajá, fez um relatório de conflito agrário de trabalho escravo e ameaça de morte, envolvendo um grupo de grileiros dessas terras públicas do Município de Pacajá. Sendo eles: A senhora Maria Adélia Rodrigues Rualdes, senhor Chico Maia, senhor Ratinho, senhor José dos Santos Presidente do agrupamento associação dos grileiros.

Há dois anos o senhor José Araújo e Carlos Roberto, vieram de Belém e ficaram cinco dias hospedados na casa do Secretário de STTR de Pacajá. Juntos estavam dois servidores do INCRA de Altamira, os quais queriam que o secretário do STTR fossem no local mostrar a posse da senhora Maria Adélia que dizia ter o domínio de quarenta e cinco mil hectare de terras.

O Secretário do STTR que mora há 18 anos mora em Pacajá e nunca ouviu falar desta senhora e sabendo que neste localidade existe outros detentores de posse de terra que são os grandes, médios e pequenos, e que se negam mostrar a tal área, com isso o senhor Antonio Lídio que é perito do INCRA, fez um relatório e enviou para a Superintendência do INCRA em Belém, dizendo não ter encontrado nada que justificasse a posse dessa senhora, com isso seus mensageiros voltaram para a casa deles. A senhora Maria Adélia continuou ligando para o senhor Gonzaga, diretor da FETAGRI de Altamira dizendo que bancava a passagem de avião para o senhor Gonzaga e o secretário do STRR de Pacajá irem até Belém conversar com ela mas o secretário do STTR recusou a tal oferta porque o mesmo solicitou do INCRA as informações sobre a posse dessa senhora, só foi informado da existência de uma escritura pública com o total de 2900 ha. mas já com registro cancelado em cartório por esse motivo o secretário se negou ir até ao encontro com a proprietária. Pois dois anos depois o secretário foi informado que a senhora Maria Adélia estava na cidade de Repartimento com 50 famílias acampada nas referida área e que pretendia na referida área, por ela e que o senhor Chico Maia apoiado por policiais do DEMA e do BPA, estava na área causando transtorno para as pessoas que moram na referida área. Os tipos de transtornos eram apreensão de caminhão e tratores do senhor Tônico que era morador da comunidade, e algemaram o senhor Paulão que também é morador da comunidade, acusaram o senhor Sérgio Ló de bandido dizendo estar num carro roubado. Mas este carro tem mais de sete anos de uso na mão do senhor Sérgio Ló. Tomaram uma moto serra de um colono e ainda o acusaram que o mesmo estava numa moto roubada, sendo que o mesmo estava de posse dos documentos da moto. Em fim tudo isso era uma falta de respeito com os comunitários.

Com toda essa situação o secretário do STTR, informou ao INCRA pedindo que o mesmo tomasse providências urgentes, para que não viesse ocorrer uma tragédia no município.

O executor do INCRA em Altamira, o senhor Bruno, foi imediatamente no município de Pacajá onde se reuniu com as pessoas que estavam sendo prejudicadas com esta situação provocada pelo grupo da senhora Maria Adélia, e o mesmo se propôs tomar as medidas necessárias para o caso, e logo em seguida o senhor Bruno conversou com o senhor José Araújo líder do tal acampamento e disse para o mesmo que não entrasse na área antes que o INCRA pudesse fazer uma vistoria, e pediu para o senhor José Araújo ficar fora grupo da senhora Maria Adélia, uma vez que o INCRA iria apoiá-lo junto com seu grupo.

O senhor Bruno afirmou para o senhor Araújo que iria resolver os problemas dos colonos e não da senhora Maria Adélia. Ficando tudo acertado por ordem do INCRA, o secretário do STTR entregou cinquenta cestas básicas do grupo, só que poucos dias depois o secretário do STTR foi novamente

informado que os acampados já estavam dentro da referida área comandados pelo grupo da senhora Maria Adélia. O secretário novamente voltou a comunicar o INCRA, e o INCRA solicitou ao Juiz da vara agrária de Altamira tomasse as devidas providências e o mesmo foi fazer uma visita na área junto com o juiz foi o advogado da senhora Maria Adélia e o doutor Júnior advogado dos posseiros que já habitavam na área e dois diretores do STTR Francisco de Assis e Deurival. Nesse momento doutor Adriano Juiz da vara agrária de Altamira, vendo de perto a situação das posses, falou para ambas partes que ficassem na área, mas que não viessem cometer nenhum tipo de crime ambiental, visto que o juiz iria comunicar para o INCRA, e depois da vistoria o juiz convocaria ambas as partes para fazer um acordo ou se necessário o mesmo determinar qual seria o destino da área. Só que mais uma vez não foi obedecido o combinado. Já no dia 19/11 de 2005 o secretário foi procurado por duas pessoas dos acampados, uma era o senhor Carlos Alberto e o outro eu não lembro o nome, os mesmos pediram para o STTR e a prefeitura do Município de Pacajá, pois os mesmos eram funcionários assalariados do grupo da senhora Maria Adélia, pois já haviam derrubado cinco Alqueires e tinham brocado Dez alqueires de mato, e não tinham recebido nada pelos trabalhos executados, pois os mesmos estavam com três dias passando fome, e não podiam sair da área porque era muito longe e ainda tinha um vigia que os proibiam. O secretário do STTR fez uma reunião com o prefeito do Município de Pacajá, aonde acertaram em mandar um caminhão da prefeitura para socorrer estas famílias. E no dia 22/11/05 o secretário do STTR foi ao local com um caminhão da prefeitura o senhor secretário de agricultura o Gordo e mais três policiais do comando da polícia Militar e demos o apoio necessário para estas famílias. Chegando na cidade com esse pessoal colocamos os mesmos numa chácara do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para darmos assistência necessária para eles, só 23/11/05, eu Deurival secretário do STTR, fui informado por telefone que na cidade de repartimento em uma churrascaria ao lado de um posto em frete a rodoviária tinha um grupo de fazendeiro contratando pistoleiro para me matar, pois pos mesmos diziam que eu tinha que ser morto antes de denunciá-los. Por minha sorte no mesmo momento que eles estavam reunidos ia passando um amigo meu, no local que o grupo da dona Maria Adélia estavam conversando, com isso todas as informações estavam direcionadas para que de fato eles eram os que estavam fazendo as ameaças para mim, e eu Deurival secretário do STTR estou foragido longe dos meus familiares, quando quem poderia estarem foragido eram os bandidos e não eu.

Assinante:

Deurival Xavier Santiago

Secretário do STTR de Pacajá

Santarém, 29 de novembro de 2005